



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL

IONE VILHENA CABRAL

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DO PROEJA: Um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande

SANTANA - AP

2024

IONE VILHENA CABRAL

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DO PROEJA: Um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Willians Lopes de Almeida

SANTANA - AP

2024

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- C117p Cabral, Ione Vilhena
Práticas educativas no ensino do proeja: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP Campus Agrícola Porto Grande / Ione Vilhena Cabral - Santana, 2024.
87 f.
- Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.
- Orientador: Willians Lopes de Almeida.
1. Educação de jovens e adultos. 2. Práticas Educativas. 3. Produto educacional. I. Almeida, Willians Lopes de, orient. II. Título.

IONE VILHENA CABRAL

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DO PROEJA: Um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **WILLIANS LOPES DE ALMEIDA**
Data: 27/01/2024 10:17:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Willians Lopes de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **DAVID FIGUEIREDO DE ALMEIDA**
Data: 27/01/2024 06:00:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS BATISTA CAMPOS**
Data: 27/01/2024 10:14:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vinicius Batista Campos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Aprovado em: 08 / janeiro / 2024

Conceito: Aprovada

IONE VILHENA CABRAL

MESA REDONDA: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DO PROEJA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **WILLIANS LOPES DE ALMEIDA**
Data: 27/01/2024 10:17:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Willians Lopes de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **DAVID FIGUEIREDO DE ALMEIDA**
Data: 27/01/2024 06:00:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS BATISTA CAMPOS**
Data: 27/01/2024 10:14:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Vinicius Batista Campos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Aprovado em: 08 / janeiro / 2024

Conceito: Aprovada

Dedico este trabalho a todos os estudantes da EJA e do PROEJA, que com esforço, empenho, coragem e determinação conseguem superar as adversidades impostas pela sociedade ao longo dos anos através da educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela sua infinita bondade e misericórdia o qual concede a quem assim desejar o dom do conhecimento e sabedoria. E assim, iluminando o meu pensamento para que nas horas de dificuldades tivesse forças para não desistir de continuar este trabalho.

À minha família, na pessoa de meu pai Izael de Souza Cabral, minha mãe Ivone Brito Vilhena Cabral, meus irmãos Israel Vilhena Cabral e Izael Vilhena Cabral, pelo apoio incondicional em renunciar a feriados, finais de semana, suas tarefas particulares para que eu pudesse concluir o mestrado.

Aos professores do programa de Mestrado, em especial, ao professor Dr. Cleber Macedo de Oliveira, por seus subsídios nos intervalos de nossas aulas no *Campus* em que trabalhamos juntos, também, e pelas contribuições na banca de qualificação deste trabalho.

Ao professor coordenador do Programa de Mestrado do ProfEPT, o professor Dr. Argemiro Midonês Bastos, por sua colaboração e prestação de serviços no decorrer do processo.

Ao meu querido orientador, o Professor Dr. Willians Lopes de Almeida, pela sua paciência, orientação, compreensão nos dias difíceis e competência profissional.

Ao IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, na pessoa de seus gestores por me permitirem executar a realização da pesquisa junto aos seus servidores e o apoio nas demais etapas da pesquisa.

Ao corpo docente e setor pedagógico do *Campus* Agrícola Porto Grande, por disponibilizarem uns minutos de seu tempo para responderem ao formulário de pesquisa.

A professora Ma. Darlene do Socorro Deltetto Minervino por sua colaboração na realização da Mesa Redonda.

Dá a instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio; ensina o justo e ele aumentará em doutrina. O temor do Senhor é o princípio da sabedoria, e o conhecimento do Santo a prudência.

(Provérbios 9: 9-10)

RESUMO

A modalidade de educação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional incorporado à Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, é destinada a jovens e adultos que não conseguiram concluir a formação básica em idade regular e buscam a certificação do ensino médio vinculado a uma formação profissional, bem como, a formação continuada dos docentes que atuam junto a essa modalidade. Assim, a investigação teve como objetivo geral conhecer as práticas educativas desenvolvidas no PROEJA no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP /*Campus* Agrícola Porto Grande. A pesquisa é predominantemente de natureza qualitativa e se configura como um estudo de caso, e teve como *lócus* de estudo o IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. Os sujeitos da pesquisa foram os docentes dos componentes curriculares tanto do núcleo comum como da área técnica que ministraram aulas nas turmas do PROEJA dos cursos técnicos de Agronegócio, Administração e Agropecuária no ano de 2023, bem como os pedagogos do *Campus*. Foram utilizados como instrumentos/técnica de coleta de dados a análise bibliográfica e aplicação de questionários. Assim, a pesquisa apresenta como se encontra o cenário nacional relativo a práticas educativas no ensino do PROEJA, no âmbito do ProfEPT, a partir do levantamento das dissertações analisadas no site do Observatório do Programa, a qual se verificou a existência de poucas publicações a respeito do tema PROEJA, bem como, os resultados da pesquisa realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. Como Produto Educacional, desenvolvemos, aplicamos e validamos a promoção de uma Mesa Redonda com o tema, “Práticas Educativas no ensino do PROEJA”.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; práticas educativas; produto educacional; mesa redonda.

ABSTRACT

National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality for Youth and Adult Education – PROEJA is aimed at young people and adults who were unable to complete basic training at a regular age and are seeking secondary education certification linked to professional training, as well as the continued training of teachers who work in this modality. Thus, the investigation had the general objective of understanding the educational practices developed at PROEJA within the scope of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education – ProfEPT and Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá – IFAP / Porto Grande Agricultural Campus. The research is predominantly qualitative in nature and is configured as a case study, and the locus of study was IFAP/ Porto Grande Agricultural Campus. The subjects of the research were teachers of the curricular components of both the common core and the technical area who taught classes in PROEJA groups of technical courses in Agribusiness, Administration and Agriculture in the year 2023, as well as the Campus pedagogues. Bibliographic analysis and questionnaire application were used as data collection instruments/techniques. Thus, the research presents the national scenario regarding educational practices in the teaching of PROEJA, within the scope of ProfEPT, based on the survey of dissertations analyzed on the Program Observatory website, which revealed the existence of few publications regarding of the PROEJA theme, as well as the results of the research carried out at IFAP / Porto Grande Agricultural Campus. As an Educational Product, we developed, applied and validated the promotion of a Round Table with the theme, “Educational Practices in teaching PROEJA”.

Keywords: youth and adult education; educational practices; educational product; round table.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentuais legais da Plataforma Nilo Peçanha relativos aos cursos técnicos, formação de professores e PROEJA	32
Tabela 2 - Levantamento das dissertações publicadas (2019 a 2022) no âmbito do ProfEPT	50
Tabela 3 - Levantamento das dissertações publicadas (2019 a 2023) no âmbito do ProfEPT	50
Tabela 4 - Levantamento dos tipos de produto educacional no âmbito do ProfEPT.....	51

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Ano de atuação docente em turmas do PROEJA	54
Gráfico 2 - Tipos de produtos educacionais gerados no ProfEPT (2018-2020).....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBAI	Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TWI	Training Within Industry

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	Breve trajetória das políticas públicas da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil.....	20
2.1.1	Contexto histórico da educação profissional.....	20
2.1.2	A criação dos institutos federais.....	26
2.2	O papel das políticas públicas para a educação de jovens e adultos – EJA.....	27
2.2.1	A EJA na educação profissional e a institucionalização do PROEJA.....	30
2.3	O currículo X currículo integrado.....	35
2.4	O currículo integrado no ensino do Proeja.....	39
2.5	Práticas educativas no ensino da EJA.....	40
3	METODOLOGIA.....	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
4.1	Levantamento das dissertações publicadas no site do observatório do ProfEPT.....	49
4.2	Práticas educativas no ensino do Proeja do IFAP - <i>Campus</i> Agrícola Porto Grande.....	51
4.2.1	Atuação profissional.....	52
4.2.2	Atuação profissional no ensino do Proeja.....	54
4.2.3	O olhar pedagógico a respeito do ensino do Proeja.....	56
5	CONCLUSÕES.....	58
	REFERÊNCIAS.....	60
	APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	64
	APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	73
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	76
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS DOCENTES.....	78
	APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DESTINADO AO PEDAGÓGICO.....	81

APÊNDICE F – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	83
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz parte da linha de Pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mais especificamente, o Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, no que se refere as questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos – EJA, do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional – ProfEPT. O tema abordado nesta dissertação nasceu a partir do meu ingresso no Programa de mestrado de Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP *Campus Santana*.

A pesquisa traz como tema as “PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DO PROEJA: Um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP *Campus Agrícola Porto Grande*”. Esta temática é voltada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional incorporado a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA¹). Assim, faz-se necessário entender o que são essas práticas educativas, para isso vamos recorrer ao autor Libâneo para melhor compreensão da temática que diz que:

[...] o processo de ensino – objeto de estudo da Didática – não pode ser tratado como atividade restrita ao espaço da sala de aula. O trabalho docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Para compreendermos a importância do ensino na formação humana, é preciso considerá-lo no conjunto das tarefas educativas exigidas pela vida em sociedade (Libâneo, 2017, p. 15).

É perceptível na visão do autor que o processo de ensino não pode ficar restrito somente a sala de aula, que este vai além desse espaço. Por isso a importância do trabalho docente nesse processo, daí segundo Libâneo (2017, p. 16), “a formação docente ser um conjunto de estudos indispensáveis a formação teórica e prática dos professores”. Assim, observa-se como o papel do professor tem uma importante contribuição na formação do aluno, e para que isso aconteça é fundamental compreender a importância da prática educativa nesse processo. Para Libâneo:

¹ A partir daqui será usada a abreviação PROEJA para se referir ao Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

A educação, - ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa e nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (Libâneo, 2017, p. 17).

Assim, cabe aos docentes o processo constante de sua formação, não basta somente o conhecimento teórico, mais que este tem e deve estar associado a prática educativa. Conforme Santos (2022), os docentes precisam possuir um aprofundamento teórico sólido, devendo dominar não apenas os conteúdos/disciplinas que lhes cabem, mas também possuir o domínio das bases científicas, tecnológicas e das exigências concretas do ensino contemporâneo, e é justamente este domínio que irá lhe ajudar na sua contínua busca de aprimoramento de sua prática.

Dessa forma, a partir da compreensão previa do que é a prática educativa, é que surgiu a necessidade deste objeto de pesquisa. A modalidade da Educação de Jovens e Adultos sempre me despertou interesse desde que ingressei no Instituto Federal do Amapá - IFAP. Pois até então, nunca havia atuado com este público, o PROEJA me chamou atenção por se tratar de uma modalidade de ensino que atua com os mais variados públicos. Entre eles: mães solteiras, donas de casa, trabalhador autônomo e com carteira assinada, entre outros.

Assim, minha experiência com o PROEJA iniciou em 2015 com a turma do IFAP *Campus* Laranjal do Jari, foi a primeira vez que atuei nesta modalidade de ensino e não sabia como fazer isso, pois durante as graduações que concluí de Licenciatura em Ciências Sociais e Filosofia não fiz estágios supervisionados que contemplasse esse público. No ano seguinte minha sede de atuação dentro do IFAP mudou e fui removida para o *Campus* Porto Grande, onde desde 2016 atuo como professora nas turmas de Integrado, PROEJA, Subsequente e Superior, e é das aulas junto às turmas do PROEJA que vem a necessidade de se estudar o tema desta pesquisa. Já experiência acadêmica se desenvolveu através das leituras dos textos dos teóricos da educação durante as aulas das disciplinas presenciais e eletivas.

Diante do exposto, foram propostos os seguintes objetivos específicos: (1) Fazer um levantamento das produções acadêmicas desenvolvidas desde a implantação do ProfEPT sobre o ensino de práticas educativas desenvolvidas no PROEJA. (2) Promoção ao final da pesquisa de uma Mesa Redonda sobre as práticas educativas desenvolvidas no ensino do PROEJA e (3) Apresentar os dados obtidos nesta pesquisa do cenário nacional atual sobre as práticas

educativas desenvolvidas no ensino do Proeja no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande.

A pesquisa teve como *locus* os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Amapá – IFAP, do *Campus* Agrícola Porto Grande. Desse modo, foi aplicado formulário de pesquisa tanto a docentes que atuam no núcleo comum quanto aos que atuam na área técnica, bem como aos servidores do setor pedagógico. O IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, apresenta três cursos de PROEJA a saber: Curso Técnico em Agronegócio, Administração e Agropecuária.

O Produto Educacional desenvolvido foi a promoção de uma Mesa Redonda, no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, no formato presencial, que teve como público-alvo os professores, os pedagogos, os gestores, estudantes e técnicos do *Campus*. Assim, o evento foi dividido em três (03) momentos: o primeiro momento se deu com a Mesa de abertura do evento que contou com a presença e a fala das autoridades administrativas do *Campus* (Diretor Geral e Diretor de Ensino), Coordenador do ProfEPT e a aluna mestranda.

O segundo momento se deu com a apresentação da primeira palestra da tarde, com a professora servidora do *Campus* Macapá, que foi convidada para compor a mesa redonda, a professora abordou a temática voltada para o ensino da EJA e a metodologia a ser utilizada pelos docentes junto a esse público. A professora ainda abordou a redução da faixa etária da idade dos alunos da EJA que diminuiu para os jovens entre 18 anos.

E o terceiro e último momento do evento trouxe a fala da pesquisadora aluna do mestrado, que abordou a temática: Práticas Educativas no ensino do PROEJA, mostrando a importância das tendências pedagógicas, do currículo integrado para a EJA e principalmente dos teóricos da educação como Vygotsky, David Ausubel e Paulo Freire, enfatizando a importância da aprendizagem significativa para estes autores.

No que tange ao caminho metodológico percorrido nesta dissertação foi utilizada a pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, pois foi realizada em contato direto com o local de aplicação e com os sujeitos dela. O planejamento que norteou a busca pelo resultado do assunto abordado pelo projeto de pesquisa foi: a natureza da pesquisa, os objetivos, os procedimentos técnicos, a abordagem do problema da pesquisa, a delimitação, população e amostra, a coleta de dados e a análise e interpretação dos dados. Assim, a presente pesquisa teve como natureza uma pesquisa aplicada cujo objetivo visou-se conhecer as temáticas discutidas pela comunidade acadêmica acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil dentro da perspectiva do ensino de Práticas Educativas desenvolvidas no PROEJA no âmbito do ProfEPT.

Diante do exposto, no que diz respeito aos objetivos da pesquisa, optou-se pela

pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois esta teve como finalidade conhecer as temáticas discutidas pela comunidade acadêmica acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil dentro da perspectiva do ensino de Práticas Educativas desenvolvidas nos cursos técnicos do PROEJA. Ao qual foi efetuado um levantamento dos trabalhos publicados nos últimos cinco anos sobre a EPT no ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT, bem como analisou-se as práticas educativas desenvolvidas pelos professores que atuam junto as turmas do PROEJA do IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande.

Por fim, esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: o referencial teórico; a metodologia, a análise dos dados (resultados e discussões); os apêndices (com a proposição do Produto Educacional), submetidos ao Comitê de Ética e Pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste estudo está dividida em três seções, a primeira em que, apresenta-se a Trajetória das políticas públicas da educação profissional e tecnológica, a segunda parte trás o percurso metodológico da pesquisa e por último os dados da pesquisa.

2.1 Breve trajetória das políticas públicas da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil

A presente abordagem tem como objetivo caracterizar os diversos estágios do processo de constituição da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, relacionar a Lei nº 5692/71 e seus desdobramentos com os objetivos da política econômica da ditadura militar na década de 1970 analisando os impactos da cisão entre ensino público e privado e por fim refletir sobre a ideia de Ensino Médio Integrado e o papel dos Institutos Federais na implementação de políticas públicas direcionadas a esta integração.

2.1.1 Contexto histórico da educação profissional

Conforme é abordado no trabalho de Garcia *et al.* (2018), “a Educação Profissional no Brasil surge ainda no Brasil Imperial, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro”. A educação pública nesse período era voltada para o Ensino Superior, sendo que a educação primária e secundária tinha como objetivo preparar o aluno para a universidade. A educação secundária por sua vez era pouco presente, existindo apenas em dois estabelecimentos: como os Colégios São José e São Joaquim, ambos no Rio de Janeiro. Mais tarde o Colégio São Joaquim viria se tornar o Colégio Pedro II, em 1837.

Nessa época, já haviam sido criadas as Instituições de nível superior como a Academia da Marinha e as Cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808), a Academia Real Militar (1810), cursos de Agricultura (1814), curso de Desenho Técnico (1818), a Academia de Artes (1820), todas essas instituições estavam sediadas no Rio de Janeiro. Já na Bahia em 1808, foram criadas as cadeiras de Economia Política, Agricultura (1812) e Química (1817). Em Recife, em 1809, foram criadas as cadeiras de Matemática Superior, História e de Desenho (Manfredi, 2002 *apud* Gracia *et al.*, 2018, p. 4).

Nesse período já é possível observar uma tímida formação acadêmica no Brasil no período do Império. Havia uma preocupação em relação à busca da formação de trabalhadores em vários ofícios, porém o objetivo principal era retirar as crianças da rua para que não se

transformassem em desocupados no futuro, para que estas não se tornassem um perigo para a sociedade Manfredi (2002, p. 75 *apud* Garcia *et al.*, 2018, p. 5).

Assim, os órfãos dessa época eram encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e às Companhias de Aprendizes de Marinheiros, no sentido de se profissionalizar para atuar na Marinha e na guerra. Desse modo, conforme (Manfredi, 2002), por iniciativas de entidades da sociedade civil, entre 1858 e 1886 nascem os liceus de artes e ofícios, nas seguintes localidades: Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e ouro Preto (1886).

Passado o tempo nos anos 20 e toda a década de 1930 assistiram a uma importante mudança nos destinatários do ensino profissional (Cunha, 2005), de acordo com o autor, no período do Brasil Colônia e Império o ensino artesanal pertencia a classe dos miseráveis, órfãos etc. esse ensino preparava para o exercício de ocupações típicas de escravos. A história avançou e com ela tivemos o surgimento das primeiras indústrias, o que passou a exigir operários qualificados de fora do país. Isso acabou gerando dois tipos de problemas de acordo com Cunha (2005), primeiro, que os operários contratados não formavam seus substitutos locais, e o segundo era que eles traziam consigo práticas e ideias atentatórias a ordem estabelecida como, paralizações e organização sindical.

Foi então, que se passou a valorizar a qualificação profissional do trabalhador, deixando assim o ensino profissional de ser destinado somente aos miseráveis, órfãos etc. e mesmo com a Reforma Fernando de Azevedo em 1928 a 1930, no Distrito Federal, ainda se tinha uma escola destinada a formação das elites (ensino secundário e superior) e outra a formação dos trabalhadores manuais (Cunha, 2005). De 1932 a 1935 foi a vez de Anísio Teixeira tentar criar escolas técnicas secundárias, feito esse que também falhou, e mais uma vez tem-se a separação entre as escolas profissionais e as secundárias.

Diante do exposto com o novo regime Federativo da República, os Estados começam a organizar o Ensino Profissional. Segundo Garcia *et al.* (2018, p. 6 *apud* Manfredi, 2002, p. 78), merece destaque o governador do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, que através do “Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, fundou três escolas de ofício em: Campos, Petrópolis e Niterói e uma escola de aprendizagem agrícola em Paraíba do Sul”.

Já como Presidente Nilo Peçanha por meio do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, marco inicial da Rede Federal. “[...] que culminou nas escolas técnicas e, posteriormente, nos CEFETS” Manfredi (2002, p. 85 *apud* Garcia *et al.*, 2018, p. 6). As Escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, continuando até 1930, a partir dessa data

passam a ser jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública. Posteriormente essas escolas transformaram-se em liceus industriais.

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofrem novas modificações e são denominadas escolas industriais e técnicas, configurando-se em 1959 como autarquias e sendo então denominadas como Escolas Técnicas Federais. No mesmo ano o SENAI – Serviço Nacional da Indústria foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro, tratando-se de uma instituição privada de interesse público, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recurso humano, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria sendo este o objetivo até nos dias de hoje (Souza, 2011 *apud* Garcia *et al.*, 2018, p. 8).

Assim, em meados da década de 1930, tem-se a decadência das escolas profissionais instaladas no Brasil pelos padres salesianos no fim do período Imperial. Cujo objetivo no início era de uma pedagogia voltada para a educação do proletariado, o que mais tarde acabou culminando em oferecer cursos secundários para jovens de famílias abastardas e classes medias, com o objetivo de teoricamente financiar as escolas profissionais.

Já na Era Vargas, o período marca a criação das pastas ministeriais: o Ministério do trabalho e o Ministério da Educação e Saúde Pública que vieram do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Para o Ministério da Educação foram transferidos todos os órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que atuavam nesse campo, como também os do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi assim que o sistema federal de escolas de aprendizes artificies, a mais importante base para o desenvolvimento do ensino profissional, passou para a área do Ministério da Educação (Cunha, 2005).

Assim, o ensino da educação profissional na Era Vargas era destinado ao pessoal ligado a produção, o ensino comercial foi reorganizado pelo Decreto nº 20. 158 de 30 de junho de 1931, sendo instituído como um sistema paralelo, tendo um grau pós-primário, um técnico e um superior, conforme mencionado acima. No caso das escolas de aprendizes-artífices, o órgão que as controlava passou a ter crescente importância na área do Ministério: a Inspeção do Ensino Profissional e Técnico (1931), passando a Superintendência do Ensino Profissional em 1934 (Cunha, 2005). Em 1937 o Estado Novo assume como meta o processo de industrialização, tendo como preocupação a qualificação da força de trabalho manifesta na Constituição desse mesmo ano.

Em 1938, o Ministério da Educação, através da Divisão do Ensino Industrial, elaborou um anteprojeto de regulamento do dispositivo constitucional. Estipulava-se a criação de *escolas de aprendizes industriais* mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos dos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. [...] Caberia ao governo a tarefa de manter escolas de aprendizes

onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo. Os Ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam a aplicação do dispositivo e aplicariam sanções aos infratores (Cunha, 2005, p. 66-67).

De acordo com o autor, é possível observar uma nítida preocupação com a formação dos trabalhadores na faixa etária dos 14 aos 18 anos de idade, esta mantida pelos sindicatos e estabelecimentos industriais, em contrapartida, ao governo caberia manter as escolas onde estes não conseguissem chegar. Mais uma vez, observa-se o processo de disputa entre o Ministério da Educação e do Trabalho, onde o ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, queria transferir às empresas, a responsabilidade de manter o novo sistema de formação da força de trabalho.

Já o ministro da Educação, Gustavo Capanema, por sua vez, defendi a tese de que o governo é que deveria manter e gerir as escolas para os aprendizes, isto é, os liceus industriais (Cunha, 2005). O conflito entre essas duas pastas teve resolução pela ação do presidente Vargas, que optou por escolher a tese do Ministério do Trabalho. Como pano de fundo desse processo conflituoso, desenvolvia-se toda uma disputa entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Ministério do Trabalho, a propósito da organização sindical. Com o Decreto-Lei nº 1.402 de 5 de julho de 1939, o governo pretendia tutelar toda a associação sindical, inclusive a patronal (Cunha, 2005).

Assim, até 1941, o ensino industrial no Brasil era bastante confuso, as escolas de aprendizes artífices, mantidas pelo governo federal, ensinavam ofícios a menores que não trabalhavam. O rendimento desses alunos era baixo, uma vez que, sua condição de vida era precária, culminando nas altas taxas de evasão e qualidade de ensino precária. No intuito de padronizar o ensino de ofícios, o ministro da Educação organizou uma comissão para elaborar um projeto das diretrizes do ensino industrial em todo país, abrangendo as escolas mantidas pelo poder público e pelos particulares (Cunha, 2005).

Dessa forma, em 1942, com a “lei” orgânica, o ensino técnico industrial foi organizado como um sistema, isto é, passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. E a política Educacional da Era Vargas estruturou o ensino, sendo ensino primário comum a todos, o ensino de ofícios era colocado todo em nível pós-primário. Já o ensino posterior ao primário estava dividido em duas partes, a primeira destinada ao ramo secundário, formando as elites dirigentes, de caráter propedêutico ao ensino superior. A segunda por sua vez, compreendia os ramos profissionais (industrial, comercial e agrícola). Esta divisão não correspondia à clássica distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual (Cunha, 2005, p. 91). Assim nas palavras de Vargas a educação,

Não sendo uma simples fornecedora de noções e técnicas mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria una e nos interesses sociais que lhes estão incorporados, a educação da mocidade nos preceitos básicos estabelecidos pelo novo Estado será um elemento, não só eficaz, como, até, decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendem contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo os quais a juventude, agora mais do nunca, será formada (Vargas, 1940 *apud* Cunha, 2005, p. 92).

Contudo, mesmo com a queda posteriormente do Estado Novo, se mantinha a constituição do aparelho escolar, e em 1946, foram promulgados decretos-leis que deram nova organização ao ensino agrícola, ao normal e ao primário. No ramo comercial e industrial foi regulamentada a aprendizagem, criando em 1943 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – o SENAC.

Já em 1943 na cidade de Havana, tem-se a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação dos países das três Américas, cujo objetivo do governo brasileiro era buscar assistência técnica estrangeira para o ensino industrial. Em 1946, com a criação do SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, por meio do Decreto Lei 8.621, uma instituição privada de interesse público, com oferta da Educação Profissional destinada à formação de trabalhadores do comércio. Com o passar dos anos são instituídas as Escolas Agrícolas Federais - escolas fazendas ligadas ao Ministério da Agricultura, e a partir do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967 passam a ser supervisionadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Mais tarde essas escolas foram transformadas em CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica, originando em 1994 a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Desse modo, em 1946 o Brasil, através do MEC firma convenio com a Inter-American Foundation, no sentido de instalar a Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial (CBAI), a qual se destacava pelo método *Training Within Industry* (TWI). Em 1957, a comissão instalou em Curitiba o Centro de Pesquisas e Treinamento de professores, para a formação de docentes para o ensino industrial (Cunha, 2005). O TWI teve sua difusão no Brasil pelo Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO) em 1963, pelo então, governo de Joao Goulart, através do Decreto nº 53.324/1963. No início sua Diretoria do Ensino Industrial era vinculada ao MEC, já em 1974, o PIPMO teve sua vinculação transferida para o Ministério do Trabalho, possivelmente por sugestão do SENAI e do SENAC.

Assim, com a criação da Lei nº 5.692/71, isto é, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, foi possível analisar os impactos na cisão entre ensino público e privado. De tal modo, em 1964 o Brasil sofre o golpe da ditadura militar e a década de 1970 é a fase mais difícil legitimada pelos Atos Institucionais que limitaram os direitos e as liberdades civis (Assis;

Neta, 2017, p. 198). Apesar da Lei nº 5.692/71, ter sido uma das mais ambiciosas no que diz respeito a política educacional do Brasil, ela fracassou.

A década de 1970 foi marcada por um crescimento econômico conhecido como o “milagre brasileiro”, em decorrência disso se fez necessário aumentar o número de trabalhadores com qualificação técnica para atender o mercado de trabalho. No entanto, a questão curricular ficou comprometida, pois a “lei empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma formação instrumental para o mercado de trabalho, sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática” (Assis; Neta, 2017, p. 201). Nesse sentido, não havia estrutura física, muito menos humana, o que fez com que a formação ficasse banalizada, desse modo, de acordo com as autoras:

a dualidade que se pretendia eliminar configurava-se muito mais nítida, aprofundando a cisão entre ensino público e privado, uma vez que as escolas privadas seguiram com seus currículos propedêuticos e as públicas estaduais passaram a oferecer um ensino profissional de baixa qualidade (Assis; Neta, 2017, p. 201).

Contudo, com a flexibilização da Lei nº 5.692/71 pelo Parecer nº 76/1975, do Conselho Federal de Educação, seguido da Lei nº 7.044/1982, ficou facultada a obrigatoriedade da profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Fazendo assim, com que o ensino profissionalizante fosse desaparecendo no decorrer dos anos de 1980, ficando restrito às escolas da Rede Federal, e às escolas do Sistema S. Em contrapartida, temos a revogação do Decreto 2.208/97 que possibilitou a integração curricular entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico, culminando na Lei nº 11.741/2008, que integrou as ações da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, conforme Garcia *et al.* (2018, p. 7), em 2004, inicia uma reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), através da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio. Já em 2005 tem-se a alteração na lei que vedava a expansão da Rede Federal.

[...] assim a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é levada ao estatuto de Políticas Públicas, e, como tal, é considerado direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais (Garcia *et al.*, 2018, p. 43).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que apresentam um novo modelo de Educação Profissional, estruturados a partir dos CEFETs.

2.1.2 A criação dos institutos federais

Conforme o Brasil foi se desenvolvendo, houve a necessidade também da Educação Profissional acompanhar esse processo no sentido de ampliar sua oferta de cursos para atender à exigência do mercado. Assim, na década de 1980, “o Brasil passou a vivenciar um novo cenário econômico e produtivo, em paralelo observa-se o desenvolvimento de novas tecnologias” (Garcia *et al.*, 2018, p. 12).

Assim, a partir de 2008 começa o processo de expansão da Rede Federal, a qual fazem parte da mesma: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal. Em 2008 tem-se a criação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que no seu artigo 2º reforça o papel dos mesmos que de acordo Adilso *et. al.* (2018, p. 13), é ofertar “educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, e serem especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, logo destaque aqui para o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Portanto, diante de todo o cenário descrito, pode-se destacar a importante contribuição da Educação Profissional (EP) para a sociedade brasileira, se confundindo esta com a própria história do Brasil. É de fundamental importância citar aqui a contribuição do Presidente Nilo Peçanha no processo de expansão, com a criação das 19 escolas de Aprendizes e Artífices que em seu governo possibilitou atender a população menos favorecida na época.

Assim, “a educação profissional organiza-se em cursos e programas: de formação inicial e continuada de trabalhadores; de educação técnica de nível médio; de graduação e de pós-graduação” (Assis; Neta 2017, p. 206). Agora, tanto o Ensino Médio quanto a Educação Profissional de nível técnico são oferecidos nas formas Integrada, Concomitante e Subsequente. Desse modo se faz necessário entender o que é esse conceito de Ensino Médio Integrado que agora se configura:

Quando aqui tratamos de Ensino Médio Integrado é necessário esclarecer o conceito de integração, não apenas como a justaposição de disciplinas, currículos, planos de cursos e habilitações profissionais, mas de uma relação orgânica do processo ensino-aprendizagem, dos conhecimentos gerais com os específicos, da cultura e trabalho; tecnologia e humanismo numa perspectiva emancipatória (Assis; Neta, 2017, p. 207).

Isto significa uma mudança na forma de conceber a Educação Profissional que até então se configurava separada do ensino propedêutico. Busca-se uma educação tecnológica, mas ao mesmo tempo reduzir as desigualdades sociais, através de uma escola pública e de qualidade. Para que isso seja possível há a necessidade de construir o Currículo Integrado dos cursos, no qual os conhecimentos gerais e técnicos formam uma unidade.

Assim, de acordo com as autoras Assis e Neta (2017), há que se compreender os sentidos de integração a ele conferidos definidos pela autora como filosófico, epistemológico e político. Aqui é possível perceber uma concepção de formação humana omnilateral integrada unitariamente as dimensões fundamentais da vida (trabalho, conhecimento e cultura) tendo o trabalho como princípio educativo.

Contudo, mesmo após a primeira década do século XXI, a realidade mostra que as políticas públicas voltadas a esta integração ainda são tímidas. Pois de acordo com as autoras, mesmo na Rede Federal a oferta dos cursos técnicos integrados não é prioritária, pois em algumas instituições a ampliação da rede prioriza a Educação Superior como cursos de Licenciatura, de Tecnologia, Bacharelados e Pós-Graduação *lato e strictu sensu* (Assis; Neta, 2017).

2.2 O papel das políticas públicas para a educação de jovens e adultos – EJA

A educação brasileira profissional enfrenta muitos desafios, conforme exposto anteriormente, mas ainda quando se trata da Educação de Jovens e Adultos ligada a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que ao longo dos anos sofreu com influências de políticas públicas negativas para a sua implantação. O que se viu ao longo do processo foi uma forma do estado de direito minimizar o alto índice de jovens e adultos analfabetos, que na década de 1980 se encontravam na sociedade brasileira. De acordo com as autoras Carmo; Amorim; Remedios (2020, p. 6), “as desigualdades sociais e a educação se relacionam de forma recíproca. As desigualdades afetam significativamente o acesso e a permanência da população mais pobre à educação no país”, é o caso dos jovens e adultos do Brasil, cujas políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais.

Assim, no Brasil, somente a partir da Constituição Federal de 1988, o direito à Educação Básica foi estendido aos jovens e adultos, sendo confirmado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei 9.394/96). E em 2000 com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, é que o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentava a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com duas principais funções: a função reparadora e a função equalizadora (Brasil, 2000). Desse modo, de acordo com Marise Ramos (2010), incorporar o trabalho na modalidade da Educação de Jovens e Adultos sem submetê-la ao mercado e ao mito da empregabilidade é, ainda, um desafio a ser superado, visto que, há uma tendência de se reduzir a formação humana à formação profissional e a educação básica à preparação instrumental para a educação profissional.

Assim, como forma de romper os processos de exclusão vivenciados pela EJA o documento Base traz em seu cerne os seguintes princípios: o papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política; as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais, entre outros. Esses princípios se articulam a educação profissional desenvolvida pela Rede Federal, que traz em seu bojo uma formação humana, politécnica e omnilateral.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (Brasil, 2007, p. 11).

Como é possível observar, o próprio documento Base da Educação de Jovens e Adultos, enfatiza que se trata de sujeitos que vivem à margem da sociedade e que por esse motivo o sistema precisa reparar os danos causados a esse público, buscando assim, políticas públicas que venham minimizar esse dano. Daí “as funções reparadora e equalizadora indicam a necessidade de oferecer aos jovens e adultos, que não realizaram as etapas escolares nas idades consideradas como adequadas pela legislação, o reingresso e a permanência nas escolas” (Carmo; Amorim; Remédios, 2020, p. 7).

Desse modo, a EJA é uma forma de garantir os direitos a educação à essas pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos dentro da idade normal, podendo assim, acessar o ensino através dessa modalidade. A EJA sempre se mostrou precária nas políticas públicas destinadas ao campo educacional. [...] Assim, de acordo com Silva (2023, p. 16 *apud* Vasques; Anjos; Souza, 2019, p. 1), “a EJA tem sua história marcada pela negação de direitos e por exclusões que se assemelham à própria história do povo brasileiro”.

De acordo com as autoras, podemos observar uma incipiência no que diz respeito as políticas públicas voltada a EJA, que foi preciso um período de muitas lutas para que esse público conquistasse o direito a educação de qualidade. As políticas educacionais que se tinham visavam atender uma demanda de mercado, conforme se viu no tópico anterior, e não as necessidades da população, principalmente as menos favorecidas. Assim, de acordo com as autoras:

Surgiram programas como o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, de 1968, que tinha como objetivo reduzir os índices de analfabetismo e melhorar a mão de obra para a execução de trabalhos que exigissem dessa parcela social a leitura para a execução do labor. Esse programa fracassou em seus intentos e só muito tempo depois as políticas educacionais voltadas para o público de jovens e adultos foram reafirmadas.

A Conferência Mundial da Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia, trouxe o foco da discussão sobre os pobres e excluídos da sociedade, afirmando a educação como direito de todos. Em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora (Vasques; Anjos; Souza, 2019, p. 2).

Portanto, é importante salientar que a EJA demanda uma atenção particular por parte daquelas instituições que ofertam essa modalidade. É preciso entender todo o processo histórico de lutas e conquistas da educação de jovens e adultos ao longo dos anos. Considerar que o Currículo precisa ser flexível, assim como, o tempo e os limites dos alunos são diferenciados. Muitos alunos demandam uma carga horaria de trabalho no decorrer do dia, sobrando pouco tempo para os estudos. E atrelado ainda a todas essas características entra o papel do professor, dessa forma, almeja-se um corpo docente que seja preparado e qualificado para atuar junto a EJA.

Assim, observamos uma política pública fragilizada quando se trata da EJA, cujas funções como foram colocadas aqui devem assegurar o direito a escolarização, ou seja, acesso à educação pública e de qualidade, ampliação da oferta de acesso e permanência dos alunos mais desfavorecidos nesse processo, bem como, promover a aprendizagem contínua desses alunos. Mas para que isso aconteça é fundamental a presença dos gestores nesse processo, assim

como, de todo um corpo técnico que compõe a escola. Só as políticas públicas não são suficientes para fazer com que a EJA exista, há que se mobilizar todo um conjunto escolar para que a mesma aconteça.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (Brasil, 2007, p. 11).

Dessa forma, se faz cada dia mais necessário inserir esses sujeitos dentro do processo de ensino e aprendizagem, promover políticas públicas que possam possibilitar a estes terem o sentimento de pertencimento, sentirem-se incluídos, aceitos. E não se vejam excluídos e a margem da sociedade, mas ao contrário pertencentes de uma sociedade justa, igualitária e democrática, e mais ainda, que estes sejam autônomos, críticos de sua realidade, conforme enfatizam os autores a seguir:

Sem embargo, a cada ano aumenta o contingente de estudantes que, por condições adversas, são impulsionados à inserção prematura no mercado de trabalho e, por isso, necessitam continuar seu percurso formativo na EJA. Urge-se, portanto, políticas educacionais que verdadeiramente contemplem a verticalização do conhecimento, abrangendo o ensino da ciência, da cultura e da tecnologia integrado à qualificação profissional e tendo o trabalho como princípio educativo (Fernandes; Lobão; Freitas, 2022, p. 241).

Para que isso aconteça é necessário que políticas públicas sejam criadas para dá acesso à educação de qualidade e publica, daí a importância dos Institutos Federais nesse processo, através dos cursos de formação integrada, a qual integra Ensino Médio mais Educação Profissional e Tecnológica, através do PROEJA.

2.2.1 A EJA na educação profissional e a institucionalização do Proeja

Para entender o processo de criação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA no âmbito dos Institutos Federais, é preciso entender primeiro o que é a Educação de Jovens e Adultos. No tópico anterior foi possível observar como as políticas públicas voltada a essa parcela da sociedade tentaram minimizar o dano causado a esse público durante anos de exclusão social, econômica e cultural. Desde sua implantação essa modalidade vem tentando reparar esse erro. Assim, de acordo com o autor Silva:

Pensar EJA nos dias atuais significa, sobretudo, falar de jovens e adultos, trabalhadores alunos, que formam e são formados ao longo da história, no seio das relações sociais de produção, marcadas pela exclusão e marginalização da maioria da população. Os alunos da EJA buscam então uma escola que lhes ensine e que lhes garanta, por meio desse aprendizado, uma busca pela dignidade. Além disso, buscam um ensino que faça sentido a eles. O ambiente escolar para eles representa uma oportunidade de sociabilização. Então os professores não podem se esquecer de que tais alunos possuem saberes e práticas que podem ser articulados com os conhecimentos escolares (Silva, 2023, p. 16).

Diante disso, temos um público de estudantes que se veem a margem da sociedade, que foram excluídos ao longo dos anos, tanto das políticas públicas quanto dos processos educacionais de ensino. Daí pensar em um processo de ensino aprendizagem que traga conhecimento, cultura, lazer e dignidade aos alunos da EJA. Pois trata-se de pessoas/alunos adultos, trabalhadores que buscam na educação superar as adversidades que lhes foram impostas ao longo dos anos de exclusão. Assim, quando falamos do direito à educação para os sujeitos da EJA, a primeira coisa que vem em mente é que tal direito funciona como um mecanismo de inclusão na sociedade. Em todas as sociedades democráticas, os sujeitos da EJA deveriam ter democraticamente o direito à educação (Silva, 2023).

Essa é uma das características enfatizadas nas vinte (20) Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, mais especificamente, na Meta dez (10) que é oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Cabe ressaltar aqui que a Lei nº 13005/2014, no ano corrente, vem sendo rediscutida para a construção do novo PNE 2024-2034. Espera-se que nos próximos dez anos esse percentual de que trata a lei seja atingido. O que não se observa na atualidade conforme se observa nos dados obtidos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Diante do exposto, em meio a tantas desigualdades existentes na educação nacional esta modalidade de ensino não ficaria de fora, e o que temos no cenário pós criação do PROEJA é que os 10% de obrigatoriedade de oferta do mesmo pelos Institutos Federais não chega a se concretizar, o que se percebe é uma baixa adesão desses jovens e adultos ocupando esses espaços. E no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande este cenário fica bem evidente conforme dados da tabela 1 retirados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Tabela 1 - Percentuais legais (PNP) relativos aos cursos técnicos, formação de professores e PROEJA

Instituição	Técnicos (IFs)%	Formação de Professores (IFs)%	PROEJA (IFs)%
IFAP	52,4%	18,5%	2,21%
Campus Laranjal do Jari	58,5%	10,5%	2,03%
Campus Macapá	44,2%	35,2%	1,58%
Campus Porto Grande	59,4%	1,4%	5,29%
Campus Santana	57,1%	0,5%	3,48%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha [Ano Base] = 2022; [Edição] = 2023

Ao analisar o cenário da tabela 1, a respeito dos percentuais legais da Plataforma Nilo Peçanha, verifica-se que o IFAP como um todo não atinge a meta estabelecida pela lei que são de 10% de matrículas destinadas ao público do PROEJA. Nos dados da Plataforma observa-se que o IFAP como um todo atingiu um percentual de apenas 2,21% de matrículas no PROEJA, ficando ainda com um déficit de (-7,93%) das matrículas destinadas ao público. Ainda na análise da tabela verifica-se que o *Campus* com maior número de matrículas efetivada é Porto Grande com 5,29%.

Portanto, o atendimento do que a meta prevê dependerá não só da superação de um problema crucial na educação brasileira, qual seja sanar a dívida histórica que o país tem com um número grande de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, como também impedir que este tipo de exclusão continue se repetindo ao longo do tempo (Brasil, 2014).

Assim, em 2005 temos a institucionalização do PROEJA, criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, mas o decreto foi revogado pela promulgação do Decreto nº. 5.840, de 13/07/2006 que instituiu o curso tendo como base de ação a Rede Federal de Educação Tecnológica (Silva, 2023). Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto nº 5.478/2005, algumas instituições da Rede já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos, de modo que, juntamente com outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos (Brasil, 2007, p. 12).

Em 2006, o decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o qual abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional: a formação inicial e

continuada de trabalhadores; e educação profissional técnica de nível médio. No início, o PROEJA foi pensado no sentido de diminuir o alto índice de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir dentro do período regular os estudos, seria uma forma de diminuir o alto índice de analfabetos no Brasil.

Desse modo, o Proeja foi idealizado e implementado no rol das ações de fortalecimento da Educação Profissional, as quais objetivavam consolidá-la em todos os níveis da Educação Básica, incluindo oportunamente a EJA (Fernandes; Lobão; Freitas, 2022). Assim, sua implantação se justifica pois visa proporcionar às pessoas excluídas do processo produtivo a oportunidade de resgatar seus direitos, por intermédio da leitura de mundo e de saberes tecnológicos que as conduzirão ao exercício de sua cidadania e de uma profissão (Silva, 2023).

Assim, diante do exposto fica evidente a importância de se pensar uma educação de qualidade que leve em consideração a formação integral do aluno em todos os sentidos, isto é, uma educação omnilateral a qual valoriza a totalidade humana. Neste aspecto, enfatiza-se a importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cuja aprendizagem do aluno se dá de forma significativa, possibilitando ao mesmo a capacidade de resolver problemas e conduzir projetos em diferentes setores, sejam eles pessoais ou não no decorrer da vida profissional.

Dessa forma, a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA trabalha com a concepção de educação continuada de cunho profissional, ou seja, “integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultural geral” (Silva, 2023, p. 18). Assim, temos uma formação no sentido ontológico do ser que pensa o sujeito em seu sentido pleno, consciente de sua condição, crítico e autônomo. Ou seja, voltada para a emancipação do indivíduo. Assim, “a formação omnilateral, que se refere a uma concepção de formação humana e integra as várias dimensões da vida, buscando desenvolver no indivíduo as suas potencialidades de caráter físico, mental, cultural, político e científico-tecnológico” (Mota; Araújo; Santos, 2019, p. 163).

Essa formação omnilateral fica evidente no papel desempenhado pelos institutos federais no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem, uma vez que estes ofertam educação pública e de qualidade a uma população que se vê à margem da sociedade elitista. Por isso a importância de pensar em práticas educativas no ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o PROEJA, conforme garante a Constituição Federal a oferta é gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, independente das circunstâncias (Brasil, 1988).

É possível analisar, ainda, a partir da criação do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005 que, ao longo da história do nosso país, tanto a educação de jovens e adultos, quanto a

educação profissional foram destinadas para as classes mais pobres e marginalizadas socialmente no país. Assim, a educação básica e profissional no Brasil está marcada por uma dualidade constante. De um lado, uma educação geral, destinada aos filhos da elite, como preparação para os estudos superiores, e de outro uma educação profissional, voltada aos mais pobres, como uma preparação imediata para o mercado de trabalho (Ciavatta; Ramos, 2011).

O que se constata é que tanto o acesso à educação no Brasil, como o tipo de educação acessado, depende fundamentalmente da origem socioeconômica de cada indivíduo. Para os filhos das classes média alta e alta, oferece-se uma educação de caráter mais “refinado”, voltada para ciências e artes, quase sempre em escolas privadas de alto custo mensal, inacessíveis aos filhos da classe trabalhadora (Brasil, 2007, p. 25).

Diante do exposto fica evidente o papel da educação no Brasil, uma educação dividida em classes, onde fica claro que somente os filhos da elite tinham uma educação privilegiada que os projetava a galgar os cursos superiores até então, uma realidade distante para a população desfavorecida. Aos mais pobres ficavam somente a educação técnica, voltada unicamente para atender a demanda do mercado de trabalho, onde os alunos não conseguiam questionar sua realidade e nem refletir sobre ela, ou seja, eram seres passivos de sua realidade.

Com a elaboração do documento Base do PROEJA (Brasil, 2007), já se vislumbrava uma mudança nessa perspectiva, pois agora com os novos rumos que a educação vem tomando já se pensa num currículo voltado para a emancipação desse aluno em todos os aspectos, tais como: a escola vinculada à realidade dos sujeitos; a valorização dos diferentes saberes no processo educativo e a escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana (Vedova, 2019). Contudo,

No que diz respeito à formação humana anunciada pelo Proeja, tem-se que ele nasceu balizado em uma concepção de integração do trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral. Isso significa que estabeleceu uma abordagem dialética, considerando o trabalho como princípio educativo em seu sentido ontológico, ou seja, como elemento fundamental na relação entre o homem e a natureza, bem como no seu sentido histórico, haja vista o significado que essa categoria vem assumindo ao longo dos anos nas sociedades (Fernandes; Lobão; Freitas, 2022, p. 242).

Assim, entende-se que a formação desse aluno deve estar vinculada a esse aspecto no sentido de projetar não só esse aluno para o mercado de trabalho, mas também de torná-lo crítico de sua realidade. Defendendo a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, não para adaptar e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um

processo crítico e emancipador. Dentro desta perspectiva, o papel da educação profissional no Brasil era voltado para uma educação assistencialista, conforme relata a autora Correia:

A Educação Profissional no Brasil, no seu início, teve um caráter assistencialista. Era oferecida para crianças e adolescentes pobres, com o objetivo de ensinar uma profissão. No século XIX, existia a prevalência da Educação propedêutica que era voltada para as elites. Foi somente no século XX, com o advento da industrialização, que começaram ações para uma educação voltada aos trabalhadores. No início do século XX, com as transformações vividas na sociedade brasileira dentro de um modelo capitalista de produção, a Educação Profissional acabou por ser, de certa forma, desvinculada do ensino mais humanista. Passou a ser, na maioria das escolas, somente voltada para o mercado de trabalho (Correia, 2019, p. 42).

Fica evidente assim, o papel da educação profissional desde o seu início no século XIX e, conforme Correia (2019), esta era voltada para ensinar uma profissão e mesmo no século XX essa perspectiva não mudou muito. Sendo a educação profissional voltada para atender uma demanda de mercado, não tendo como característica a formação humana desse sujeito, conforme se viu no tópico anterior. Assim, existia um ensino propedêutico voltado para os filhos da elite e um ensino profissionalizante voltado aos filhos dos menos favorecidos dentro da sociedade.

Dentro deste cenário o Brasil vivencia uma educação de desigualdades, ou seja, uma educação voltada para atender a elite da sociedade, excluindo assim, a população menos favorecida, que realmente precisa de uma educação pública e de qualidade. Mais evidente se torna esse cenário se trouxermos essa discussão para o âmbito do ensino do PROEJA, que desde a criação de seu decreto vem sofrendo com as barreiras dessa adversidade.

2.3 O currículo X currículo integrado

No tópico anterior fez-se uma abordagem a respeito da criação do PROEJA no Brasil e os desafios para a implantação dessa política de governo federal. Diante do exposto uma questão que se levanta é justamente a do currículo voltado para atender o público da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Dessa forma, faz-se necessário trazer uma abordagem a respeito do currículo ao longo da história, como que surge a ideia de currículo e qual a sua função e finalidade na sociedade. Entender o papel do currículo nesse processo histórico é fundamental para compreender o contexto atual bem como sua importância na educação hoje e principalmente no ensino do PROEJA.

A discussão a respeito do currículo surge no século XX, mas especificamente por volta dos anos 20, nos Estados Unidos, neste período o currículo é visto como um processo de “racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos” (Castro, 2019, p. 36). Isso significa que o currículo aqui tinha um papel inspirado no modelo de fábrica, ou seja, os alunos eram preparados para atender o objetivo e/ou demanda da fábrica.

Assim, a escola nasce com um caráter instrumental, onde os alunos eram treinados a fazer trabalhos repetitivos sem uma inspiração voltada ao questionamento, a reflexão de sua realidade, de sua condição etc. temos aqui uma visão tradicional de escola e currículo. Desse modo, para compreender melhor esse termo precisamos entender qual o significado etimológico da palavra currículo, para isso será utilizado aqui como referência o autor Neto para esta explicação.

A etimologia do “termo currículo tem sua gênese no lexema *scurrere*, que, em latim, significa uma pista de corrida circular de atletismo, sendo, também, compreendido como uma pista de corrida de carros; podendo ainda significar caminho, jornada, trajetória, percurso e carreira”. Fazendo uma análise entre a origem da palavra e seu sentido na educação, podemos compreender que “converge com a ideia de curso a ser seguido” (Neto, 2013, p. 56).

Aqui fica evidente o significado da palavra currículo, no sentido de direcionar o aluno o caminho que este deve seguir, e como dito anteriormente este caminho era destinado a fazer o ofício que era estabelecido pela sociedade da época (século XX), que era preparar o aluno para o trabalho nas fabricas. Dessa forma, observa-se ainda de acordo com Castro (2019, p. 36), que “a história do currículo se confunde com a história da educação e conseqüentemente com a história das teorias pedagógicas”.

Assim, nos anos de 1960 a 1970, as teorias tradicionais dominaram, já as teorias críticas passam a emergir após essas décadas. A partir desse período vão surgir também as teorias pós-críticas que passam a valorizar o sujeito enquanto cidadão crítico e autônomo. Nesse sentido, o autor Silva (2017), faz uma análise sobre as Teorias do Currículo, para ele deve haver uma relação entre a teoria e o real, daí cabe a pergunta: Teorias ou discursos sobre o currículo? Ao responder essa pergunta o autor enfatiza que isso vai depender das concepções históricas sobre o currículo.

Assim, o conhecimento deve ser ensinado através do currículo, e o currículo deve ser visto como ideia e poder, conflitos e poder, como território de poder e como construção de identidades e subjetividades. Dito isso, cabe aqui, entender como as concepções tradicionais, críticas e as pós-críticas estão estruturadas teoricamente sobre o currículo. Com relação a

concepção tradicional, o currículo é como um documento, com uma visão mais burocrática, que normatiza todos os procedimentos vinculados ao ensino. De acordo com Silva (2017, p. 12), “o modelo institucional dessa concepção de currículo é a fábrica”, desse modo os estudantes são direcionados ao ensino fabril.

Já as teorias críticas ressaltam a questão das ideologias do poder, pelo fato da sociedade viver em classes sociais, tem-se uma tendência de reprodução cultural que propõe a resistência dando espaço as autonomias dos indivíduos. Por fim, as teorias pós-críticas, buscam ressaltar a questão das identidades, diferenças de representação e subjetividade. A importância da cultura nas diferentes manifestações de grupos étnicos de gênero, a sexualidade e os eixos transversais, bem como o multiculturalismo nas escolas. Desse modo, de acordo com o autor, as teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder (Silva, 2017).

Assim, as teorias tradicionais apresentam uma visão do conteúdo de forma mais isolada. Por sua vez, as teorias críticas valorizam e se preocupam com o contexto social, econômico e político, no sentido de diminuir as injustiças e as desigualdades sociais existentes. Já as teorias pós-críticas focam sua vertente para as linguagens e culturas da educação, onde o currículo não é apenas um campo de lutas e disputas ideológicas, mas sobretudo, um campo de construção de identidades. Sendo estas últimas que vão focar e valorizar a formação integral do aluno. Aqui vislumbra-se o conceito de Escola Unitária de Gramsci.

Dessa forma, conceber o currículo como algo específico da escola, negligenciando suas implicações na manutenção ou transformação das sociedades em que a escola está inserida é o que caracteriza as teorias tradicionais do currículo, que para Silva (2009), pretendem ser neutras, científicas, desinteressadas. Já as teorias críticas e as pós-críticas não aceitam a ideia de neutralidade (Lotterman; Silva, 2016).

Ao levarmos a discussão para o contexto brasileiro, se faz necessário entender o currículo no âmbito da educação profissional, especificamente na EJA. No Brasil é importante falar sobre a pedagogia histórico-crítica a partir dos anos de 1980 em diante, recebeu essa denominação após um longo período de discussões e reformulações impulsionadas por Dermeval Saviani. Essa concepção é marcada por uma construção coletiva em meio a elaboração de várias teses de doutorado na PUC-SP no período de 1978 a 1984, fundamentada no materialismo histórico (Castro, 2019).

Assim, o papel da pedagogia histórico-crítica é compreender o papel da escola a partir do desenvolvimento histórico da sociedade, mas que este papel não deve estar voltado para a

sociedade dividida em classes, ao contrário, busca-se o rompimento com essa forma de pensamento, conforme enfatiza Saviani:

Esse é o sentido básico da expressão pedagogia histórico-crítica. Seus pressupostos, portanto, são os da concepção dialética da história. Isso envolve a possibilidade de se compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica (Saviani, 2011, p. 80).

Desse modo, a compreensão da escola básica se dá justamente em transmitir um “saber objetivo”, conforme menciona Castro (2019, p. 42), ou seja, o papel da escola é fazer com que os estudantes tenham acesso ao conhecimento sistematizado. “Sendo assim, o currículo escolar deve ser composto pelo saber objetivo. Entendemos que o saber objetivo são os conhecimentos produzidos historicamente científico, cultural, filosófico, entre outros” (Castro, 2019, p. 42).

Observa-se assim, a importância que o currículo apresenta dentro do processo histórico na vida e formação do aluno, e isso deve ser evidenciado também no ensino destinado a educação de jovens e adultos, mas especificamente a educação profissional e tecnológica. Desse modo, entende-se a urgência de se trabalhar o currículo escolar integrado e principalmente o seu papel para no ensino do PROEJA.

Destarte, o currículo integrado se caracteriza por apresentar uma abordagem voltada para a formação do aluno a partir do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, papel este desempenhado pelos institutos federais de educação. Assim, os pressupostos do currículo escolar devem justamente nortear o sujeito, neste caso o aluno, como ser histórico e social, entender neste mesmo processo o trabalho como princípio educativo, onde as áreas de conhecimento trabalham entre si de forma colaborativa, isto é, interrelacionam-se, de forma a um complementar a outra nesse processo de ensino aprendizagem.

Portanto, diante do exposto, o currículo integrado insere-se no campo das teorias críticas de currículo. Tendo como objetivo o compromisso com o combate a dualidade (educação destinada aos trabalhadores e seus filhos e a destinada as camadas que ocupam a parte superior da pirâmide social) que marcou a história da educação brasileira (Lotterman; Silva, 2016).

Assim, de acordo com os autores Lotterman e Silva (2016, p. 27), a concepção de educação politécnica, definida por Dermeval Saviani “como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” e de currículo integrado, na perspectiva dada por Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), insere-se na tradição da pedagogia crítica e, portanto, nos compromissos de uma educação implicada em uma leitura das relações sociais e culturais que contribua para a construção de uma sociedade mais solidária. Para os

autores esta proposta não se confunde com as propostas pedagógicas que se apresentam apenas como oposição a uma visão tecnicista baseada na transmissão de conteúdos, das quais a pedagogia das competências é a sua expressão mais difundida na atualidade.

Dessa forma, no que diz respeito aos aspectos políticos, epistemológicos e sociais na formação escolar pautada no currículo integrado, temos que os aspectos políticos objetivam superar os dualismos característicos da desigualdade estrutural constitutivas das sociedades capitalistas que garantem formação escolar e cidadã para uns (saber pensar amplo) e formação técnica para o mundo do trabalho produtivo para outros (saber fazer específico). Assim, busca-se constituir uma escola unitária, assegurando o direito ao conhecimento para todos, conforme destaca a tradição do pensamento crítico: a integração, no sentido de formação omnilateral e integral do humano (Lotterman; Silva, 2016).

2.4 O Currículo integrado no ensino do Proeja

Para compreender o conceito de currículo no PROEJA é interessante primeiro entender o conceito de integração, entre a educação básica e a educação profissional, para só depois compreender o conceito de currículo integrado. Assim, em 2004 com o decreto 5.154/2004, abriu-se a possibilidade de integração efetiva da educação básica com a educação profissional. A efetivação dessa integração tinha pela frente inúmeros desafios e disputas (Silva, 2014).

A partir do Decreto uma das propostas para a materialização do currículo integrado que começa a se desenhar é a do PROEJA, instituído em 2005 e reformulado em 2006, o PROEJA reflete o sonho de inúmeros educadores e pensadores da educação brasileiros e tem como base experiências diversas ligadas ao campo da Educação e Trabalho, Educação Popular, Movimentos Sociais, entre outros grupos (Silva, 2014). A qual buscou-se garantir o acesso de jovens e adultos a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Assim, para melhor compreender o conceito do currículo integrado recorro aqui novamente ao que enfatiza o Documento Base do PROEJA:

O que se pretende é **uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas**. Refere-se a **uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer**. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional (Brasil, 2007, p. 41).

Como é possível observar a partir do Documento Base a concepção de integração vai para além dos conteúdos, envolve a metodologia e principalmente a prática educativa a ser desenvolvida para a Educação de Jovens e Adultos. A integração tem que acontecer no sentido de relacionar a teoria à prática. O aluno deve aprender saber e o saber-fazer, levando sempre em consideração as especificidades do público da EJA, numa integração conjunta entre formação humana geral ligada ao ensino médio e formação profissional. Por isso, é essencial conhecer esses sujeitos; ouvir e considerar suas histórias e seus saberes bem como suas condições concretas de existência (Brasil, 2007).

Assim, podemos inferir que a organização do currículo é uma construção social e se dá de forma constante, no processo e coletiva, isto é, envolve todos os sujeitos sejam eles: os professores, a equipe pedagógica, a escola como um todo e principalmente os alunos. Entender a realidade dos alunos é um processo fundamental para a construção de um currículo que deve acima de tudo primar pela educação como princípio educativo.

2.5 Práticas educativas no ensino da EJA

Esta seção visa trazer uma abordagem a respeito do pensamento dos Teóricos da Educação: Vygotsky, Ausubel e Paulo Freire, no sentido de compreender sob a luz destes autores como desenvolver práticas educativas voltadas ao ensino da EJA, fazendo um paralelo com o ensino do PROEJA no âmbito dos Institutos Federais. Sobre o pensamento de Lev Vygotsky busca-se abordar a teoria da mediação, através da Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel, estes dois sob a luz da interpretação do autor Moreira (1999), e a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. Assim, estes autores serão de fundamental importância para entender como a prática docente é fundamental para o desenvolvimento do aluno no processo de ensino aprendizagem, mas especificamente no Ensino do PROEJA.

Começo essa discussão com o pensamento de Vygotsky sobre a Teoria da Mediação, sob a luz do pensamento de Moreira, que segundo o autor, para Vygotsky os processos mentais como por exemplo, o pensamento, a linguagem, o comportamento, tem origem em processos sociais, isto é, o desenvolvimento cognitivo do ser humano não pode ser entendido sem a interferência do meio social a qual ele pertence (Moreira, 1999). Isto significa que o professor em sala de aula deve levar em consideração a bagagem cultural que o aluno já traz consigo ao chegar na escola.

Que este aluno principalmente o aluno do PROEJA, traz consigo muitas vezes, um conhecimento prático a respeito do que deseja aprender na escola, e o mesmo só precisa do

conhecimento teórico para melhorar sua situação em seu ambiente de trabalho. Daí a ideia dos instrumentos e dos signos trabalhada por Vygotsky de acordo com Moreira, pois quanto mais o indivíduo conhece os instrumentos, mas ele aprende e conhece as coisas.

Instrumentos e signos são construções sócio-históricas e culturais; por meio da apropriação (internalização) destas construções, via interação social, o sujeito se desenvolve cognitivamente. Quanto mais o indivíduo vai utilizando signos, tanto mais vão se modificando, fundamentalmente, as operações psicológicas das quais ele é capaz. Da mesma forma, quanto mais instrumentos ele vai aprendendo a usar, tanto mais se amplia, de modo quase ilimitado, a gama de atividades na qual pode aplicar suas novas funções psicológica (Moreira, 1999, p. 109).

Por esse motivo, é fundamental que o professor em sua metodologia e/ou prática docente leve em consideração o processo de aprendizagem de seus alunos, e que seja capaz de perceber que o aluno não é mero receptor, mas que este pode interagir, dialogar, discutir e desenvolver suas habilidades. “Adolescentes, adultos, moços e velhos, geralmente não vivem isolados, estão permanentemente interagindo socialmente, em casa, na rua, na escola etc. Para Vygotsky, essa interação é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e linguístico de qualquer indivíduo” (Moreira, 1999, p. 110).

Já com relação a Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel ainda sob a luz de Moreira (2006) em sua obra intitulada “A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula”, Moreira destaca que a aprendizagem do aluno não pode ser realizada de forma arbitrária. O autor ainda faz uma crítica ao modelo de avaliação voltada para a medição através de avaliações do aluno, a qual esta na verdade não mede a capacidade do aluno em aprender, mas apenas em decorar o conteúdo.

Outro aspecto que deve, desde já, ser esclarecido é que a ideia de que “aquilo que o aprendiz já sabe”, não é simplesmente a ideia de “pré-requisito”. Esta é uma ideia ampla e até certo ponto vaga como, por exemplo, no sentido de que física I e Cálculo I, são pré-requisitos de Física II, enquanto Ausubel se refere a aspectos específicos da estrutura cognitiva que são relevantes para aprendizagem de uma nova informação. “Averigue isso” também não é uma tarefa simples, pois significa “desvelar a estrutura cognitiva preexistente”, ou seja, os conceitos, ideias, proposições disponíveis na mente dos indivíduos e suas inter-relações, sua organização. Significa no fundo fazer quase um “mapeamento” da estrutura cognitiva, algo que, dificilmente, se consegue realizar por meio de testes convencionais que, geralmente, enfatizam o conhecimento factual e estimulam a memorização (Moreira, 2006, p. 14).

Assim, diante do exposto, fica evidente que no processo de ensino e aprendizagem a prática educativa a ser trabalhada com os alunos tem que levar em consideração uma aprendizagem que deva ser significativa ao aluno, ou seja, que tenha um sentido tanto teórico quanto prático para a sua aprendizagem, e não apenas fazer do aluno mero receptor de

conhecimento. Isso se torna ainda mais importante para os alunos dos cursos de PROEJA, pois para eles a educação tem que ter um sentido em suas vidas, estes não querem ser apenas telespectadores, mero receptores de conteúdo, mas protagonistas também de sua aprendizagem.

Em contraposição a aprendizagem significativa, Ausubel define **aprendizagem mecânica** (ou automática) como sendo aquela em que novas informações são aprendidas praticamente sem interagirem com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva, sem ligarem-se a conceitos subsunçores específicos. A nova informação é armazenada de maneira arbitrária e literal, não interagindo com aquela já existente na estrutura cognitiva e pouco ou nada contribuindo para a sua colaboração e diferenciação (Moreira, 2006, p. 16).

Mas para que o professor desenvolva uma boa prática docente, este deve levar em consideração a aprendizagem significativa, é preciso ter em mente o conhecimento dessas teorias da educação que em muitos casos passam despercebidas nos ambientes universitários. A maioria dos professores é formado para cumprir o currículo escolar que muitas vezes não atende a necessidade e realidade dos alunos de determinada localidade, pois a educação que se tem nos grandes centros urbanos é bem diferente da educação que se tem nas áreas rurais. Dessa forma, tanto professores quanto alunos se veem diante de uma educação mecânica como bem colocado por Ausubel.

Assim, a educação, bem como, o ensino tem que ter um significado para o aluno que aprende, na teoria da aprendizagem significativa leva-se em consideração o conhecimento que o aluno já possui e ao aprender um assunto novo na escola este passa a fazer sentido em sua realidade cotidiana, pois é possível ao aluno relacionar este conhecimento novo com o que ele já possuía antes de aprender na escola. O aluno aqui passa a valorizar ainda mais aquele aprendizado, pois consegue projetar para a sua realidade aquele novo conhecimento, que não foi apreendido de forma mecânica, mas ao contrário de forma significativa.

Desse modo, como dito anteriormente a prática educativa é fundamental para que metodologias diferenciadas sejam trabalhadas e desenvolvidas pelos professores em sua prática docente. Para compreender melhor essa temática se fara necessário aqui entender a partir de agora o pensamento de Freire (1996, p. 12), que em sua obra Pedagogia da Autonomia, faz uma abordagem sobre a prática educativo-crítica, que para o autor deveriam ser “conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente”.

Assim, Paulo Freire nos coloca diante de um dilema a ser superado na formação docente, que de um lado temos a educação bancária e de outro a educação problematizadora. Cabe aqui ao professor verificar qual dessas linhas seguirá sua prática, o que se torna difícil quando se tem uma trajetória acadêmica formativa onde o formando é treinado a ser sujeito do conhecimento

e não o aluno. O que na visão de Freire deveria ser uma via de mão dupla “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 12).

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade (Freire, 1996, p. 18).

Daí a importância de uma formação acadêmica que leve em consideração essa reflexão crítica da prática docente enfatizada por Paulo Freire, é fato que muitos cursos de formação docente não preparam estes professores para assumirem posições críticas quanto ao fazer docência. E, muitas vezes, nem a própria escola está alinhada a esse pensamento, pois na maioria das vezes leva-se mais em conta o cumprir a carga horaria e o currículo do que a aprendizagem que o aluno está recebendo naquele momento, e não se está levando o aluno a refletir sua condição e sua realidade. Assim, ensinar não é apenas transferir conhecimento é algo que vai além, é fazer com que o aluno se sinta apto e capaz de desenvolver suas potencialidades:

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (Freire, 1996, p. 21).

Esta posição assumida por Paulo Freire deveria ser o papel assumido pelos professores em sala de aula. Pois na atualidade os professores lidam com uma diversidade de alunos os mais variados em sala de aula e há que se inserir a todos dentro do processo de ensino aprendizagem. E, mais ainda, quando levamos em consideração os alunos da EJA, estes por sua vez apresentam em sua maioria uma diferença enorme de idade de um aluno mais jovem para um aluno mais idoso, de gênero, de raça, de classe social etc. desse modo, é dever e papel do professor respeitar os níveis de aprendizagem de cada aluno seu.

Por isso a crítica do autor ao ensino bancário, neste ensino o aluno torna-se mero espectador, apenas executa um ofício sem criticá-lo, questioná-lo, ou mesmo compreender todo o processo. Para ele esta forma de ensino deforma a criatividade do aluno e do docente, do aluno uma vez que este se torna passivo do conhecimento, mais que mesmo em meio a uma educação bancária consegue superar essa adversidade através do que Freire (1996, p. 13)

considera “a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar”. Para o autor, a verdadeira aprendizagem é aquela que permite ao aluno se transformar em reais sujeitos da “construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (Freire, 1996, p. 13). Para só então assim, realmente falar em saber verdadeiramente ensinado, em que o se ensina é aprendido de fato pelos alunos.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador (Freire, 1996, p. 14).

Aqui percebemos novamente uma crítica do autor ao educador que se dedica horas a fio a memorizar textos que não apresentam nenhuma relação com a realidade que envolve o seu país, por exemplo, sua cidade etc. Este é o típico professor que tem medo de se arriscar, de questionar, criticar sua realidade. Repete o lido com precisão, mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética, mas pensa mecanicistamente (Freire, 1996).

Outra característica enfatizada por Paulo Freire é que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, isto quer dizer que, não somente o professor, mas a escola como um todo tem o dever de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam até ela. Que é fundamental aproveitar a experiência que os alunos já possuem e relacionar o conteúdo a sua realidade. Essa característica é bem peculiar dos alunos do PROEJA, pois muitos são pais e mães, trabalhadores e trabalhadoras que trazem consigo uma gama de conhecimento adquirido pela experiência de vida.

3 METODOLOGIA

O caminho percorrido nesta dissertação foi a pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, pois foi realizada em contato direto com o local de aplicação e com os sujeitos dela. A análise do levantamento das dissertações realizada no site do Observatório do ProfEPT, ocorreu em dois momentos, o primeiro ocorreu em agosto de 2022 e o segundo de outubro a novembro de 2023. Já a coleta de dados no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande teve início em 07 de agosto de 2023 e término em 30 de agosto de 2023, conforme cronograma aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa.

O planejamento que norteou a busca pelo resultado do assunto abordado pelo projeto de pesquisa foi: a natureza da pesquisa, os objetivos, os procedimentos técnicos, a abordagem do problema da pesquisa, a delimitação, população e amostra, a coleta de dados e a análise e interpretação dos dados. Assim, toda a pesquisa apresenta um caminho a ser percorrido e para isso a usou-se como estratégia metodológica para alcançar os objetivos da mesma, o que descreve o autor Prodanov:

A Pesquisa Científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica. O produto da pesquisa científica deve contribuir para o avanço do conhecimento humano. Na vida acadêmica, a pesquisa é um exercício que permite despertar o espírito de investigação diante dos trabalhos e problemas sugeridos ou propostos pelos professores e orientadores (Prodanov, 2013, p. 49).

Assim, a presente pesquisa teve como natureza uma pesquisa aplicada cujo objetivo visou-se conhecer as temáticas discutidas pela comunidade acadêmica acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil dentro da perspectiva do ensino de Práticas Educativas desenvolvidas no PROEJA no âmbito do ProfEPT, gerando ao final desta o Produto Educacional que promoveu uma Mesa Redonda que abordou temas voltado para Práticas Educativas no ensino do PROEJA no *Campus* Agrícola Porto Grande.

Diante do exposto, no que diz respeito aos objetivos da pesquisa, optou-se pela pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois esta teve como finalidade conhecer as temáticas discutidas pela comunidade acadêmica acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil dentro da perspectiva do ensino de Práticas Educativas desenvolvidas nos cursos técnicos do PROEJA. Ao qual foi efetuado um levantamento dos trabalhos publicados nos últimos cinco anos sobre a EPT no ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT, bem como

analisou-se as práticas educativas desenvolvidas pelos professores que atuam junto as turmas do PROEJA do IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande.

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível (Prodanov, 2013), o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: levantamento bibliográfico (no caso desta pesquisa baseada em material já elaborado, constituído principalmente pelos trabalhos publicados no site do Observatório do ProfEPT); entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (em especial, os professores – tanto do núcleo comum quanto da área técnica – que ministram aula para os cursos técnicos de Agronegócio, Administração e Agropecuária no PROEJA do IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande) e análise de exemplos que estimulem a compreensão dos dados.

A pesquisa ainda se apresentou como descritiva, que é quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados (Prodanov, 2013), no qual envolveu a descrição das práticas educativas desenvolvidas pelos professores que ministram aula no PROEJA do IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, através de informações coletadas através do questionário. Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sob a perspectiva dos procedimentos técnicos, a pesquisa apresentou-se ainda como pesquisa bibliográfica,

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (Prodanov, 2013, p. 54).

Diante do exposto pelo autor a pesquisa se encaixou como sendo também bibliográfica, uma vez que, foi feita uma análise das dissertações publicadas no período que vai de 2019 a 2023 sobre o ensino da EPT no PROEJA no âmbito do ProfEPT (no site do Observatório do ProfEPT), no sentido de verificar como estão sendo discutidas e desenvolvidas as práticas educativas no ensino do PROEJA no cenário nacional. E com relação aos dados sobre o senso dos alunos do PROEJA se recorreu a Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Assim, foi realizado ainda o levantamento que é “quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário” (Prodanov, 2013, p. 57). Aqui foi aplicado o questionário aos professores que ministram aula nas turmas dos cursos técnicos de Agronegócio, Administração e Agropecuária no PROEJA do IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, bem como ao pedagógico do *Campus*, no sentido de

saber quais práticas educativas vem sendo desenvolvidas no ensino do PROEJA. Dessa forma, a pesquisa se aplica como sendo estudo de caso que

[...] consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. (Prodanov, 2013, p. 60).

Assim, para alcançar a finalidade da pesquisa foi utilizada a Abordagem Qualitativa – a qual “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov, 2013, p. 70). Desta forma, a pesquisa foi predominantemente de abordagem qualitativa, uma vez que, a análise final dos dados coletados se deu justamente na construção de um conhecimento que trata e aborda questões relacionadas as Práticas Educativas desenvolvidas no ensino do PROEJA tanto nas dissertações publicadas no Observatório do ProfEPT quanto através da coleta de dados realizada através da aplicação de questionários no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. Além disso, foi feito ainda um levantamento das dissertações encontradas no site do Observatório do ProfEPT que atenderam a essa temática.

De acordo com Gil (2002, p. 98), “para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar os sujeitos”. Assim, o *lôcus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP – *Campus* Agrícola Porto Grande, localizado na Rod. Br 210, KM 103, S/N, Parabela, Porto Grande/AP, CEP: 68.997-000. Tendo como sujeitos da pesquisa os professores do núcleo comum e área técnica que ministravam aula para o PROEJA no ano de 2023 e setor pedagógico que incluiu uma pedagoga do *Campus*, onde se entrevistou um quantitativo de quinze (15) sujeitos, sendo estes quatorze (14) docentes e uma (1) pedagoga.

Conforme descreve Gil (2008), a coleta de dados envolve a descrição das técnicas a serem utilizadas para coleta de dados. Assim, a primeira ação para o desenvolvimento da pesquisa foi a revisão bibliográfica através da leitura de artigos, dissertações, teses, livros e legislações relacionados as práticas educativas no ensino do PROEJA. Também foi utilizado a técnica de levantamento de dados como, o questionário, que “é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente)” (Prodanov, 2013, p. 71). Quanto à forma, as perguntas do questionário foram: - Perguntas abertas (objetivas e subjetivas): que permitiu que o informante respondesse livremente, com suas próprias palavras,

sem se limitar à escolha entre um rol de alternativas, e - Perguntas fechadas: que são limitadas, apresentam alternativas fixas (duas escolhas: sim ou não etc.).

Assim, foram ainda utilizados equipamentos e materiais para a realização da pesquisa como: celular para o registro fotográfico dos participantes da execução e aplicação do Produto Educacional (com a prévia autorização dos envolvidos - TCLE). Folha A4 para impressão dos questionários, carro para o deslocamento da pesquisadora até a instituição, sala de aula (auditório) para a realização da Mesa Redonda (Produto Educacional).

Como abordado anteriormente, foi realizado um levantamento do quantitativo de dissertações registradas na página/site do Observatório do ProfEPT (de 2019 a 2023), pois foi a partir deste período que foram defendidas as primeiras dissertações. O intuito foi verificar o quantitativo de pesquisas realizadas nas linhas de Organização e Memórias e Práticas Educativas nesse intervalo de tempo, a fim de verificar quantas dissertações abordam a temática de Práticas Educativas no Ensino do PROEJA. Assim, o objetivo central foi fazer um panorama do cenário nacional das Práticas de Ensino no PROEJA na atualidade desde a criação em rede do ProfEPT.

A segunda fase da pesquisa foi direcionada para a construção do Produto Educacional em formato de Mesa Redonda, cujo objetivo foi mostrar os dados coletados na pesquisa, tanto no ProfEPT, quanto no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. Também foi feito o convite para que um professor externo ao *Campus* pudesse trazer contribuições sobre a temática voltada ao ensino do PROEJA. No Apêndice A, apresentaremos as etapas de construção do referido Produto Educacional.

Por fim a pesquisa seguiu as diretrizes e orientações estabelecidas nas Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 que tratam sobre Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), referente a pesquisas cujos objetos de estudo são seres humanos (Apêndice B). Os participantes foram convidados a colaborar voluntariamente com o estudo conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dando continuidade a essa análise será apresentado a partir de agora os dados sobre o levantamento das dissertações publicadas no site do Observatório do ProfEPT e a pesquisa realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. No sentido de verificar como vem sendo desenvolvida as Práticas Educativas no âmbito do ensino do PROEJA.

4.1 Levantamento das dissertações publicadas no site do observatório do ProfEPT

Nesta seção serão apresentados os dados do levantamento a respeito das dissertações publicadas no site do Observatório do ProfEPT. O procedimento adotado foi o acesso ao site² realizado nos dias 22 e 28 de agosto de 2022, para verificar quantas dissertações haviam sido publicadas até aquele momento com a palavra PROEJA em todas as Instituições Associadas - IAS do Mestrado em Rede do ProfEPT. Vale ressaltar aqui que esta análise buscou como objeto a linha de Pesquisa de Práticas Educativas, desta forma, tendo como parâmetro as dissertações desenvolvidas nessa linha do Programa.

Na época foram encontradas o quantitativo de trinta e quatro (34) dissertações. Mas ao fazer o download das dissertações observou-se que uma, intitulada “ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PROEJA: UMA PROPOSTA DE ENSINO DO RELATÓRIO DE AULA PRÁTICA”, estava aparecendo duas vezes na plataforma, ou seja, estava replicada. Dessa forma, a quantidade correta de dissertações publicadas até o período de 2022.2 era de trinte e três.

Assim, foram verificadas as dissertações referentes aos anos de 2017 a 2018 e não houve publicações sobre o PROEJA nesse período, em virtude do ano de início do programa em Rede. Já em 2019 foram publicadas dez (10) dissertações sendo sete (7) na linha de Práticas Educativas e duas (2) na Linha de Organização e Memórias. Já no ano de 2020 foram doze (12) dissertações, destas dez (10) na linha de Práticas Educativas e duas (2) na linha de Organização e Memórias.

Já no ano de 2021 foram dez (10) dissertações sendo quatro (4) na linha de Organização e Memórias e as outras seis (6) não foram possíveis identificar as linhas de pesquisa das dissertações na época da análise, em virtude de não ter permissão de acesso para download delas, daí a identificação por asterisco. E por fim, no ano 2022 foram apenas duas

² Site: <https://obsprofepm.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>

(2) dissertações uma em cada linha de pesquisa do programa, até a data citada anteriormente, ao todo foram encontradas trinta e três (33) dissertações, conforme mostra a tabela 2, no período que corresponde de 2019 a 2022 dentro Observatório do ProfEPT. Porém esse panorama sofrerá alteração em 2023.

Tabela 2 - Levantamento das dissertações publicadas (2019 a 2022) no âmbito do ProfEPT

Ano	Nº	Organização e Memórias	Práticas Educativas
2019	09	02	07
2020	12	02	10
2021	10	04	*
2022	02	01	01
Total:	33	09	18

Fonte: Cabral, 2022

* Não foram possíveis identificar as linhas

A partir dos dados observados é possível verificar que existe pouca e/ou baixa produção acadêmica no que diz respeito ao ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT e a linha que mais se destaca com maior número de publicações é a linha de Práticas Educativas. Mas esses números passam por atualização com a nova busca realizada no ano de 2023, onde se observou que de trinta e três (33) publicações no período de 2019 a 2022, acrescentando o ano de 2023 elevou-se esse número para cinquenta (50) dissertações encontradas com a palavra PROEJA. Conforme mostra a tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Levantamento das dissertações publicadas (2019 a 2023) no âmbito do ProfEPT

Ano	Nº	Organização e Memórias	Práticas Educativas
2019	09	02	07
2020	12	02	10
2021	16	06	08
2022	07	02	05
2023	06	01	02
Total:	50	13	32

Fonte: Cabral, 2023

Analisando o novo cenário temos um salto no quantitativo de dissertações publicadas dentro do período de 2019 a 2022, onde saiu-se de trinta e três (33) dissertações para cinquenta (50) de 2019 a 2023. Dentro desse panorama merece destaque a linha de Pesquisa em Práticas Educativas que somam um total de trinta e duas (32) dissertações para esta linha, contra treze (13) na linha de Organização e Memórias. Assim, é possível perceber uma tímida, mas evolução no que diz respeito a publicações voltadas ao ensino do PROEJA. Cabe mencionar novamente aqui que os dados dos anos de 2021 e 2023 no que diz respeito ao quantitativo das linhas de Organização e Memórias e Práticas Educativas não condiz com o resultado total de dissertações

encontradas, devido ao não acesso na hora do download das dissertações, o que dificultou a identificação delas. Por esse motivo o número de dissertações das linhas não corresponde ao total encontrado nos anos de 2021 e 2023.

Outra característica analisada foi com relação ao tipo de Produto Educacional executado pelos egressos no período de 2019 a 2023. Onde observou-se que o que apresentou maior expressão foi o Manual / guia / texto de apoio, com treze (13) publicações, sendo duas (02) em 2019, quatro (04) em 2020, quatro (04) em 2021, uma (01) em 2022 e uma (01) em 2023. Seguido da Sequência Didática com um total de oito (08) publicações, sendo duas (02) em 2019, duas (02) em 2020, em 2021 foram três (03), já em 2022 não houve nenhum produto nesse formato e 2023 teve uma (01). O terceiro lugar ficou com os Vídeos / Animações / Áudios, com seis (06) Produtos Educacionais durante o período supracitado.

Ainda também aparece empatado em terceiro lugar está os tipos de produto Vídeo / Animação / Áudios e Outro / Documentário / Ebook, com seis (06) publicações cada. Abro um parêntese nesse momento para observar que o tipo de Produto no formato Mesa Redonda, não aparece nas buscas relacionadas a palavra PROEJA. Até o formato Oficina já é possível encontrar na busca realizada em 2023, conforme é possível observar a tabela 4:

Tabela 4 - Levantamento dos tipos de produto educacional no âmbito do ProfEPT

Tipo de Produto Educacional	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Manual / guia / texto de apoio	02	04	04	01	02	13
Sequência Didática	02	02	03	-	01	08
Vídeos / Animações / Áudios	-	03	02	01	-	06
Outro / Documentário / Ebook	-	01	02	03	-	06
Proposta de Ensino / Curso / Minicurso	01	-	01	01	02	05
Proposta de Intervenção	04	-	-	-	-	04
Livro	-	-	02	01	-	03
Sites / Blogs	-	02	-	-	-	02
Oficina	-	-	-	-	01	01
História em Quadrinhos – HQ	-	-	01	-	-	01
Aplicativo	-	-	01	-	-	01

Fonte: Cabral, 2023

(-) Não houve incidência do Produto Educacional nesse ano correspondente

4.2 Práticas educativas no ensino do Proeja do IFAP - *Campus* Agrícola Porto Grande

Nesta seção será apresentado os dados da Pesquisa realizada no IFAP – *Campus* Agrícola Porto Grande junto aos docentes e pedagogos do *Campus*. Esta etapa teve como objetivo analisar como os profissionais compreendem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), bem como sua atuação junto as turmas do PROEJA.

4.2.1 Atuação profissional

Conforme abordado na fase metodológica ao todo foram aplicados 15 formulários de pesquisa, pois era o quantitativo total previsto na metodologia do projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética. Assim, foram aplicados quatorze (14) formulários aos docentes e um (1) ao setor pedagógico, sendo que a pedagoga escolhida para responder foi a que atua diretamente com as turmas do PROEJA. Dessa forma, a discussão que se segue traz uma análise das respostas dos formulários aplicados aos docentes. Assim, no que diz respeito a formação acadêmica dos docentes sete (07), o que corresponde a 50% são da área técnica e sete (07) (50%) são do núcleo comum.

Diante disso foi perguntado se o respondente já havia cursado algum curso na área da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dos quatorze (14) respondentes nove (09) disseram que sim e cinco (05) disseram que não. Além disso buscou-se saber qual foi o curso que eles fizeram, cinco (05) responderam que fizeram a Especialização em EPT ofertado pelo IFAP, um (01) respondeu que fez formação continuada na modalidade EJA também pelo IFAP, um outro respondeu que fez Docência na Educação Básica e Profissional pela FATECH, um fez o Curso de Extensão – Formação de consultores em Inovação Tecnológica pelo SEBRAE.

Diante do exposto é possível observar que a maioria dos respondentes em algum momento realizou um curso na área da EPT. Dessa forma, é possível inferir que estes apresentam um conhecimento prévio sobre a educação profissional, que de alguma forma estão buscando informações sobre a sua área de atuação profissional. Neste sentido é fundamental entender e compreender a importância da educação profissional para a sociedade e o papel do professor nesse processo é de suma importância. Assim de acordo com Pacheco (2015), a proposta dos Institutos Federais, é justamente agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico.

Outra questão investigada foi se o respondente já havia trabalhado antes de seu ingresso no IFAP *Campus* Porto Grande com a educação profissional, nove (09) responderam que não e somente cinco (05) responderam que sim, que já haviam trabalhado com a educação profissional antes de fazer parte do *Campus*. Veja a seguir as respostas dos R1 e R2³ sobre sua experiência com a educação profissional:

³ Para não identificação dos respondentes e manter o sigilo quanto a sua identidade, se convencionou nesta dissertação chamá-los por uma sigla representativa, neste caso, Respondente 1 corresponde a R1 e assim sucessivamente.

Foi uma experiência desafiadora pelo fato de trabalhar com formação profissional e tecnológica em níveis diferentes (médio, subsequente e PROEJA), nivelar o conteúdo de forma satisfatória para todos os níveis não é uma tarefa simples (Respondente 1, 2023, p. 2).

Desenvolvo projetos relacionados a inovação tecnológica – SEBRAETEC e com programas do governo federal denominado PRONATEC. Os cursos eram pautados na área técnica e profissional (Respondente 2, 2023, p. 2).

É perceptível que os respondentes que tiveram contato anterior com a educação profissional, de certa forma, entendem e tem a compreensão de que estão formando alunos não só para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho. Assim, espera-se que estes entendam qual é a visão e a missão dos institutos no processo de ensino aprendizagem dos alunos, principalmente os alunos do PROEJA. Dessa forma, foi perguntado aos respondentes o que eles entendiam por Educação Profissional e Tecnológica? E que explicasse em poucas palavras. Veja a seguir a sequência de respostas:

É a educação que se dá com a integração indissociável de múltiplos conhecimentos, competências e habilidades o que possibilita a emancipação do indivíduo para atuar na sociedade (Respondente 1, 2023, p. 2).

Aquela que prepara o aluno não só para o mercado de trabalho, mas também, prepara cidadãos para viver em sociedade, primando por um mundo mais igualitário e humano (Respondente 2, 2023, p. 2).

Entendo como uma oportunidade de formação e especialização em determinada área profissional para a maioria daqueles(as) que não tiveram ou não tem a oportunidade de uma formação universitária, mas igualmente competente (Respondente 3, 2023, p. 2).

Uma educação que tem o objetivo formar sujeitos para o mundo do trabalho, considerando o contexto dos avanços tecnológicos (Respondente 4, 2023, p. 2).

É uma modalidade prevista na LDB com foco na aprendizagem e no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho (Respondente 5, 2023, p. 2).

Acredito que seja a somatória da teoria com a prática com ênfase na aplicação de conceitos e técnicas, incorporando tecnologia às demandas do mercado de trabalho e a sociedade como um todo (Respondente 6, 2023, p. 2).

Diante das respostas conseguimos inferir que os respondentes têm um conhecimento sistematizado sobre a educação profissional. Que eles entendem que esta é a integração de múltiplos conhecimentos, que ela forma não só para o mercado de trabalho, mas prepara os indivíduos para a sociedade. Além de ser a somatória entre teoria e prática. Neste sentido, é possível verificar que estes conceitos dos respondentes se encaixam no que enfatiza Pacheco a respeito do papel dos institutos:

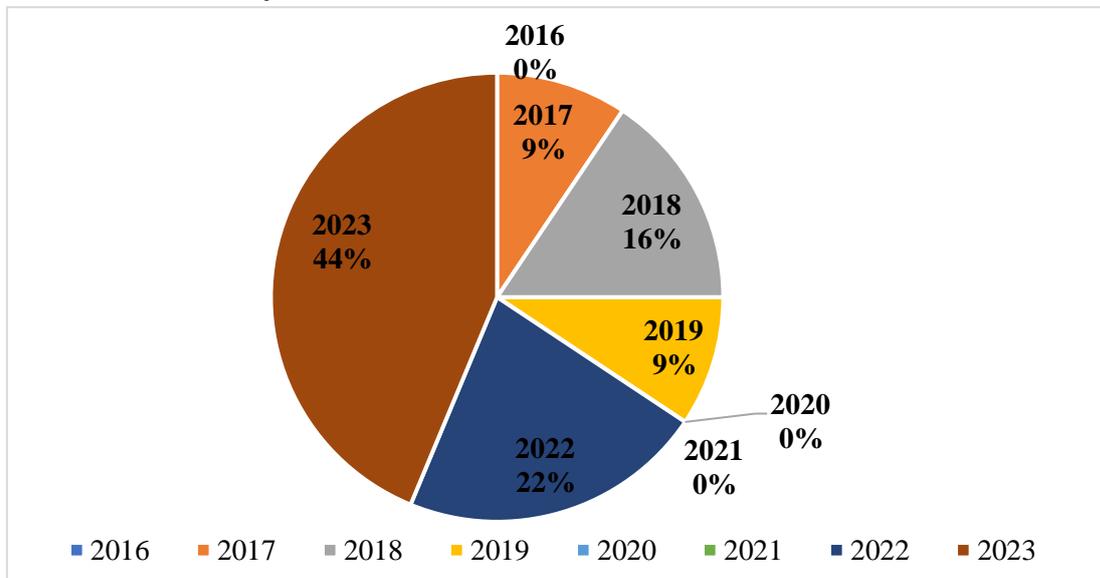
O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais (Pacheco, 2015, p. 14).

O autor compreende que a formação do indivíduo deva se dá de forma mais contextualizada pautada em princípios e valores que tragam dignidade a esse sujeito. Daí a importância e o papel dos institutos que conseguem agregar não somente a educação profissional em sua constituição básica e técnica, mais também a formação humana omnilateral, a formação do ser em seu sentido ontológico, como bem enfatiza o autor Pacheco.

4.2.2 Atuação profissional no ensino do Proeja

Nesta seção procurou-se saber dos respondentes há quanto tempo atuavam ministrando aulas para as turmas do PROEJA no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, vale ressaltar aqui que a primeira turma ofertada no *Campus* é do ano de 2016.2 no curso Técnico de Agronegócio. Assim, fez-se o levantamento do período de 2016.2 a 2023.1 para saber a atuação dos docentes no PROEJA, sendo que estes poderiam escolher mais de uma opção para resposta dessa questão. Assim, o ano que apresentou maior atuação dos docentes em turmas do PROEJA foi o de 2023, seguido de 2022, conforme se vê no gráfico 1:

Gráfico 1 - Ano de atuação docente em turmas do PROEJA



Fonte: Cabral, 2023

Com relação a realização de visitas técnicas nas turmas do PROEJA, dos quatorze (14) respondentes, dez (10) responderam que não realizam visita e apenas quatro (04) conseguem proporcionar às turmas essa atividade. Aos que responderam que não realizam a visita, podemos inferir como possíveis justificativas: a falta de orçamento para o combustível do transporte, uma vez que o instituto possui ônibus escolar, disponibilidade dos estudantes, organização dos docentes para a realização da visita, uma vez que esta não se restringe apenas aos professores da área técnica. Ao contrário deve ter caráter inter, multi e transdisciplinar e envolver tantos docentes do núcleo técnico quando do básico.

Neste sentido, pode-se inferir que a prática acaba ficando prejudicada nesse aspecto, pois as visitas técnicas proporcionam o entendimento do conhecimento teórico na prática. Conforme enfatiza a autora Dutra (2021), através da visita técnica é possível verificar o ambiente real de uma empresa em pleno funcionamento, além de observar sua dinâmica, organização e todos os fatores teóricos vistos em sala de aula que ali serão exploradas. Assim, a visita técnica é um instrumento de ensino favorável, pois proporciona maior interatividade e experiências novas, que trarão novas interpretações para a formação do aluno.

No que diz respeito a utilização de uma metodologia diferenciada com as turmas do PROEJA, onze (11) responderam que utilizam e apenas três (03) não realizam. Ao solicitar que estes dissessem qual seria essa metodologia, obteve-se como respostas as seguintes: “R1: relatos de experiência e jogos problemáticos situacionais; R2: em sala de aula busca-se utilizar exemplos no campo de atuação dos alunos e suas experiências; R3: visitas técnicas a produtores, aulas práticas no campus; R4: método interdisciplinar; R5: aulas práticas, resolução de problemas e jogos; R6: visitas com foco na prática de gestão; R7: geralmente costumo fazer uso de recursos artísticos – videoarte, teatro, música, imagens e outros; R8: músicas, vídeos, jogos interativos; R9: metodologia ativa para o ensino de língua estrangeira; R10: uso de tecnologias com jogos e quiz; R11: aulas práticas na quadra, mesmo sendo no turno da noite, vídeos e muitas rodas de conversas”.

No entanto, quando perguntados sobre a realização de alguma Prática Educativa com as turmas do PROEJA, observa-se que esse percentual muda, havendo uma proporção de igualdade de 50% tanto para o Sim, quanto para o Não. Aos que responderam que realizam a prática, perguntou-se qual seria essa prática, e obteve-se como respostas as seguintes: “R1: visita técnica, é uma possibilidade, ainda; R2: leitura nas rotinas e proposta de situações problemas; R3: apresentar experiências exitosas de empresas em sala de aula; R4: a maioria das vezes utilizo vídeo/leitura e interpretação de imagens; R5: o conhecimento já adquirido por

eles, trazendo para a língua estrangeira a qual eu ministro; R6: atividade de aplicação prática no contexto profissional; R7: produção de textos críticos”.

Dessa forma, fazendo uma análise a respeito das duas perguntas, a primeira sobre a metodologia utilizada e a segunda sobre prática educativa, conclui-se que os docentes compreendem bem o processo metodológico, mas a prática é pouco compreendida por estes, tendo em vista que somente sete (50%) conseguiram responder que realizam uma prática diferenciada. Dessa forma, entenda-se por prática educativa, “o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem” (Marques; Carvalho, 2016, p. 123).

4.2.3 O olhar pedagógico a respeito do ensino do Proeja

Como dito na seção anterior, foi aplicado o formulário de pesquisa há apenas uma (01) pedagoga, optou-se por essa metodologia, uma vez que no *Campus* Agrícola Porto Grande existem apenas duas (02) pedagogas atuando no ano de 2023 no setor pedagógico. Sendo que cada uma delas utilizam a metodologia de atuar em modalidades de ensino diferenciadas. Uma fica responsável pelas turmas do Integrado enquanto a outra pelas turmas do Subsequente, Superior e PROEJA, sendo esta última a escolhida para responder o formulário de pesquisa.

Assim, foi perguntado a Pedagoga X⁴, se ela já havia feito algum curso na área da educação profissional, esta respondeu que sim, e que o curso realizado por ela foi “Tecnologias e práticas pedagógicas inclusivas para a educação profissional”. No entanto a Pedagoga X não tinha experiência antes de seu ingresso no IFAP com a educação profissional. Mas compreende a sua importância na atualidade, de acordo com ela a educação profissional “do ponto de vista das tendências pedagógicas, a aprendizagem visa o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas” (Pedagoga X, 2023, p. 1).

A respeito das ações desenvolvidas no ensino do PROEJA, foi perguntado se o setor pedagógico realiza junto aos professores ações de orientação de práticas educativas, a resposta foi sim, como “encontros pedagógicos e assessoramentos, bem como abordagem ampla dos meandros do público alunado do PROEJA” (Pedagoga X, 2023, p. 2). Além disso, o setor pedagógico consegue perceber que os professores realizam em sua prática docente metodologias diferenciadas no ensino do PROEJA.

⁴ Para não identificação da respondente e manter o sigilo quanto a sua identidade, se convencionou nesta dissertação chamá-la por uma sigla representativa, neste caso, Pedagoga X, que corresponde a PX daqui em diante.

Portanto de acordo com as informações da pedagoga responsável pelo PROEJA é perceptível em sua visão que os docentes realizam uma aprendizagem diferenciada com o público da EJA. Além disso, são realizadas sim, orientações de práticas educativas junto aos docentes por parte do setor pedagógico. No sentido de trazer uma educação de qualidade e diversificada ao público do PROEJA.

5 CONCLUSÕES

Uma das características do aluno da EJA é que este traz consigo muitas vezes, um conhecimento prático a respeito do que deseja aprender na escola, o mesmo ocorre com o aluno do PROEJA. Dessa forma, estes buscam na escola o conhecimento teórico para melhorar sua situação profissional no seu ambiente de trabalho. Assim, diante do exposto, fica evidente que no processo de ensino e aprendizagem a prática educativa a ser trabalhada com os alunos tem que levar em consideração uma aprendizagem que deva ser significativa ao aluno, ou seja, que tenha um sentido tanto teórico quanto prático para a sua vida, e não apenas fazer do aluno um mero receptor de conhecimento. Isso se torna ainda mais importante para os alunos dos cursos de PROEJA, pois para eles a educação tem que ter um sentido em suas vidas, estes não querem ser apenas telespectadores, mero receptores de conteúdo, mas protagonistas também de sua aprendizagem.

Diante do exposto analisando os resultados da pesquisa realizada no site do Observatório do ProfEPT, foi possível observar que existe pouca publicação voltada ao ensino do PROEJA, mais que há uma preocupação com as políticas públicas voltadas a essa modalidade. Outra questão que se pode inferir também é que na análise realizada na Plataforma Nilo Peçanha, como é o caso aqui do IFAP não se consegue atingir a meta dos 10% de oferta destinada a esse público estabelecido pelo Decreto. Aqui cabe alguns questionamentos como: a escola não se apresenta como atrativa a esse público, o currículo escolar atende a demanda da sociedade para esse público, será que existe uma formação continuada para os docentes que atuam junto ao PROEJA. Tais questionamentos são de extrema importância para o processo de ensino aprendizagem do aluno. E principalmente para a permanência deste na escola.

Já no que tange a pesquisa realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande foi possível observar que a maioria dos professores em algum momento realizou um curso na área da EPT. Dessa forma, é possível deduzir que estes apresentam um conhecimento prévio sobre a educação profissional, e que de alguma forma estão buscando informações sobre a sua área de atuação profissional. Além disso, é perceptível que os docentes que tiveram contato anterior com a educação profissional, de certa forma, entendem e tem a compreensão de que estão formando os alunos para o mundo do trabalho, de acordo com uma educação omnilateral.

No entanto, quando os docentes foram perguntados com relação a realização de visitas técnicas nas turmas do PROEJA, foi observado a realização de poucas visitas. Neste sentido, pode-se inferir que a prática acaba ficando prejudicada nesse aspecto, pois as visitas técnicas proporcionam o entendimento do conhecimento teórico na prática. Mas em contrapartida os

docentes conseguem realizar uma metodologia diferenciada em suas aulas. Mesmo não compreendendo o conceito de prática educativa eles conseguem realizá-la.

Nesse sentido, com intuito de dirimir possíveis dúvidas sobre o conceito de práticas educativas foi que se pensou como Produto Educacional a promoção de uma Mesa Redonda intitulada: “Práticas Educativas no ensino do PROEJA”, no sentido de trazer à tona a compreensão de quem são os públicos da EJA e do PROEJA, o que dizem as políticas públicas para essa modalidade de ensino, o que diz a Lei com relação a oferta de matrícula para esse público, bem como mostrar os resultados obtidos nessa pesquisa a respeito do levantamento das dissertações encontradas sobre o PROEJA no site do Observatório do ProfEPT e a coleta de dados da pesquisa realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande.

Por fim, recomenda-se como futuras pesquisas um estudo mais aprofundado a respeito da prática educativa no ensino do PROEJA em toda a Rede Federal, que possa envolver os autores que atuam também não só nos institutos, mais nas universidades, cujas pesquisas são voltadas ao ensino dos Institutos Federais. Pois a pesquisa em questão fez sua análise apenas no ProfEPT. Espera-se que os futuros pesquisadores consigam abranger um cenário ainda maior. Além disso, seria interessante um estudo onde os alunos fossem os protagonistas, ou seja, o objeto de estudo, pois nesta pesquisa optou-se pela prática realizada pelos docentes. Assim, seria interessante agora saber o que os alunos acham da prática educativa dos docentes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: IFB, 2017. 569p.
- ASSIS, Sandra Maria de; NETA, Olivia Morais de Medeiros. Educação profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recuos. **Tópicos Educacionais**, v. 21, n. 2, p. 190-211, abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22424>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional. **Proeja**: programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 25 set. 2023
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década**: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.
- CARMO, Ana Carolina Rigoni; AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira de; REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato dos. O Proeja como modalidade articulada à EPT: uma análise sobre evasão escolar. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 2, p. 1-20, ago., 2020. Disponível em: [O PROEJA COMO MODALIDADE ARTICULADA À EPT: UMA ANÁLISE SOBRE EVASÃO ESCOLAR | Cadernos de Educação Básica \(cp2.q12.br\)](http://ojs.cnpq.br/revistas/revista-cadernos-de-educacao-basica/article/view/12345). Acesso em: 15 nov. 2023.
- CASTRO, Angeline Santos. **Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica**: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, PE, 2019.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **REVISTA RETRATOS DA ESCOLA**, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CORREIA, Carolini de Souza Vilela. **Sociologia no ensino médio regular e no proeja: a música como recurso metodológico na voz dos professores e dos estudantes**. 2019. 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, Brasília: FLASCO, 2005. 270p.

DUTRA, Elizandra Pequeno. **Desenvolvimento de um aplicativo educacional para visita técnica: uma proposta para aplicação no ensino médio integrado**. 2021. 74f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2021.

FERNANDES, Irismar Severino da Silva; LOBÃO, Mario Sérgio Pedroza; FREITAS, Renata Gomes de Abreu. Educação profissional e educação de jovens e adultos na rede federal: de um entrelace histórico a uma ação contemporânea. **Revista de Educação Popular**, v. 21, n. 1, p. 230–248, abr., 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62887>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out., 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GARCIA, Adilso de Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, v. 13, n. 7, p. 1-18, maio, 2018. Disponível em: www.ufvjm.edu.br/vozes. Acesso em: 21 abr. 2023.

GARCIA, Rosane de Brito Fernández; VIEIRA, Azenaide Abreu Soares. Tipos e público-alvo dos produtos educacionais gerados pelo programa de mestrado ProfEPT de 2018-2020. **EPT em Revista**, v. 6, n. 2, p. 102-116, ago., 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/961/956>. Acesso em: out. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

JORGE, Tania Cremonini de Araújo; SAWADA, Anunciata Cristina Marins Braz. Mestrado e doutorado em rede: a experiência na área de ensino com as redes reamec e ProfEPT. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 1, p. 6-28, jun., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v2i1.364>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017. 375p.

LOTTERMAN, Osmar; SILVA, Sidnei Pithan da. A gênese do currículo integrado: referenciais teóricos e suas implicações políticas, epistemológicas e sociais. *In*: HAMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de. **Currículo integrado, educação e trabalho**: saberes e fazeres em interlocução. Ijuí: UNIJUÍ, 2016. p. 17-36.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 317p.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Paraná, 2014. 112p.

MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos? PROEJA: entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. **EPT em Revista**, v.1, n. 1, p. 5-26, dez., 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/355>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999. 195p.

MOREIRA, Marco Antônio. **A Teoria da Aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: UNB, 2006. 185p.

MOTA, Karla Rodrigues; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; SANTOS, Bruno Gonçalves dos. Uma análise da produção acadêmica brasileira sobre educação profissional e tecnológica na perspectiva politécnica. **Revista Triângulo**, v. 12, n. 1, p. 162–180, abr., 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2586>. Acesso em: 19 fev. 2024.

NETO, José Henrique Duarte. Epistemologia da prática: fundamentos teóricos e epistemológicos orientadores da formação de professores que atuam na educação básica. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 10, n. 21, p. 1-22, jun. 2013. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/326>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. 67p.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A gênese do decreto n. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, p 1-26, dez., 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RAMOS, Marise. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Educação e Realidade**, v. 35, n.1. p. 65-85, abr., 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11029>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SANTOS, Jonas Morais dos. **Gamificação como prática educativa em cursos técnicos de formação de docentes**. 2022. 182f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - o Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2022.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, Autores Associados, 2011. 153p.

SILVA, Adriano Larentes da. **Currículo integrado**. Florianópolis: IFSC, 2014. 97p.

SILVA, Aloísio Tadeu Rodrigues da. **O potencial emancipador da literatura em um curso de formação online para profissionais do PROEJA: o que obras do romantismo, naturalismo, realismo e modernismo ensinam sobre politecnicidade, educação omnilateral e formação integrada**. 2023. 147f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho – SP, 2023.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. 74p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 156p.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lúcia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 16, p. 1-5, ago., 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em 25 set. 2023

VEDOVA, Adão José Bourguignon. **O Trabalho como Princípio Educativo e a Pesquisa como Fundamento da Formação: contribuições de pesquisas com fontes históricas para a formação de discentes do curso técnico em guia de turismo/Proeja**. 2019. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2019.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

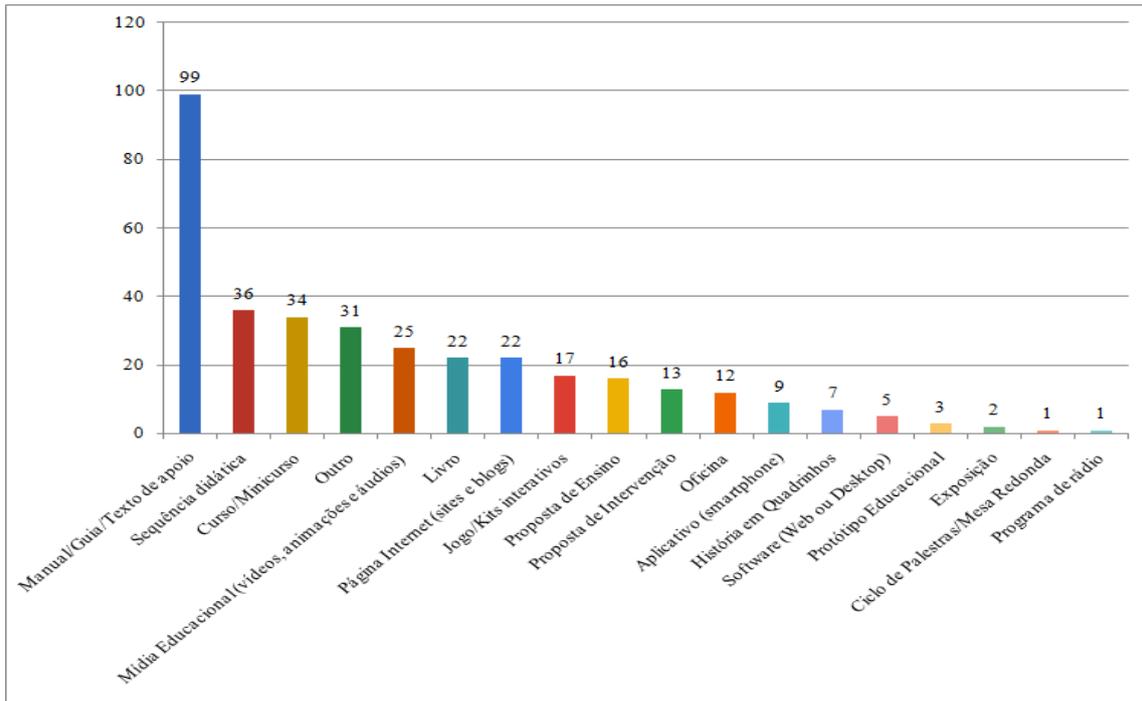
Mesa Redonda: Práticas Educativas no Ensino do PROEJA

Nesta seção apresentaremos como foi desenvolvido a aplicação do Produto Educacional, que se deu através da promoção de uma Mesa Redonda, realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande. Assim, visando atender as orientações exigidas pelo programa de mestrado profissional na área do Ensino o ProfEPT, é que esta dissertação teve como Produto Educacional a promoção de uma Mesa Redonda que abordasse o tema voltado para Práticas Educativas no ensino do PROEJA. Além disso, pudesse mostrar os resultados da coleta de dados da pesquisa realizada no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande.

A fim de atender orientações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa de mestrado profissional da área de Ensino deve garantir, pelo mestrando, a criação de produto educacional de aplicabilidade imediata em contexto de Educação Profissional, assim como uma dissertação ou artigo que abranja o processo de desenvolvimento e validação do produto construído. Tem-se como princípio pedagógico a pesquisa, que deve dar foco à aplicação do produto para atender as necessidades do público-alvo e mitigar um problema educacional (Garcia; Vieira, 2022, p. 103).

Desse modo, de acordo com as autoras Garcia e Vieira, buscou-se justamente a aplicação imediata do produto, optando-se pelo formato de Mesa redonda, tendo em vista que essa forma de produto é pouco desenvolvida pelos alunos mestrandos do ProfEPT. Conforme ficou evidenciado na Tabela 4 (Levantamento dos tipos de Produto Educacional no âmbito do ProfEPT), na seção “Levantamento das dissertações publicadas no site do Observatório do ProfEPT”. Sendo que o produto que ocorre com mais frequência é formato Manual/Guia seguido da Sequência Didática, sendo perceptível no gráfico 2 que o produto Ciclo de Palestra/Mesa Redonda apresenta apenas uma publicação conforme mostra a seguir o gráfico 2 de análise dos produtos educacionais pesquisados pelas autoras Garcia e Vieira (2022, p. 111):

Gráfico 2 - Tipos de produtos educacionais gerados no ProfEPT (2018-2020)



Fonte: Garcia; Vieira (2022)

Dessa forma, ratifica-se a importância da Mesa Redonda como Produto Educacional desta pesquisa, uma vez que não possuo habilidades para os formatos de produto tipo vídeos, websites, aplicativos e entre outros. Pois me identifico com a exposição de conteúdos, talvez muito em função de minha formação acadêmica que é na área da Filosofia que traz o processo de argumentação e o falar em público como práxis.

Dessa forma, através do seu formato de Mesa redonda foi possível trazer à tona na fala da professora convidada Ma. Darlene do Socorro Deltetto, discussões sobre como vem sendo desenvolvido as práticas educativas de ensino junto ao PROEJA, o papel da EJA etc. Bem como foi possível mostrar os resultados da coleta de dados realizada pela pesquisadora no *Campus Agrícola Porto Grande*. Esse formato ainda permite a interação do público com os palestrantes a respeito da proposta de tema abordado, que se dá através de possíveis dúvidas pelo público sobre o tema proposto. Bem como sugestão por parte do público de novas temáticas voltadas para o PROEJA, conforme se evidencia nos resultados da avaliação do produto pelos participantes.

Apresentação do Produto Educacional

Diante do exposto, foi realizada a promoção de uma Mesa Redonda no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, no formato presencial, que teve como público-alvo os professores, a equipe pedagógica, os gestores, estudantes e técnicos do *Campus*. O evento ocorreu no dia 14 de novembro de 2023, das 14:00 às 18:00 no auditório do *Campus*. Assim, o evento foi dividido em três (03) momentos: o primeiro momento se deu com a Mesa de abertura do evento que contou com a presença e a fala das autoridades do *Campus* (Diretor Geral e Diretor de Ensino), Coordenador do ProfEPT e a aluna mestranda.

O segundo momento se deu com a apresentação da primeira palestra da tarde, com a professora Darlene Deltetto servidora do *Campus* Macapá, que foi convidada para compor a Mesa Redonda, a professora abordou a temática voltada para o ensino da EJA e a metodologia a ser utilizada pelos docentes junto a esse público. A professora ainda abordou a redução da faixa etária da idade dos alunos da EJA que diminuiu para os jovens entre 18 anos.

E o terceiro e último momento do evento trouxe a fala da pesquisadora aluna do mestrado, que abordou a temática: Práticas Educativas no ensino do PROEJA, mostrando a importância das tendências pedagógicas, do currículo integrado para a EJA e principalmente dos teóricos da educação como Vygotsky, David Ausubel e Paulo Freire, enfatizando a importância da aprendizagem significativa para estes autores.

Neste sentido, foi mostrado os resultados da coleta de dados realizada junto aos servidores do *Campus* (docentes e setor pedagógico). Nesse resultado mostrou-se o levantamento das dissertações publicadas no site do Observatório do ProfEPT entre os períodos de 2019 a 2022 e 2023 e o levantamento dos tipos de Produtos Educacionais. Em seguida mostrou-se como os sujeitos pesquisados compreendem o conceito de Educação Profissional e Tecnológica. Se estes realizam ou não práticas educativas diferenciadas junto as suas turmas do PROEJA.

Para finalizar a pesquisadora mostrou alguns exemplos de propostas de Práticas Educativas junto ao PROEJA de outros Institutos Federais, resultados estes de produtos educacionais desenvolvidos pelos alunos mestrandos do ProfEPT. E por fim foi feita a aplicação de formulário de avaliação do Produto pelos participantes do evento Mesa Redonda.

Avaliação do Produto Educacional

Como forma de validar o Produto Educacional foi realizado junto ao público participante do evento a aplicação de um formulário de avaliação do produto. Assim, obteve-se o seguinte resultado para as questões objetivas, as chamadas perguntas fechadas. A primeira questão buscou saber se o produto possui um formato atrativo e se os assuntos abordados despertam o interesse por parte do mesmo, do público presente 87% responderam que concordam totalmente, 6% concordam parcialmente e 7% discordam. Mostrando com esse resultado que o produto possui formato atrativo.

A segunda pergunta buscou saber se os temas abordados na Mesa Redonda contribuíram para a formação profissional do docente e do público de uma forma geral. Dos presentes 92% responderam que concordam totalmente, 8% concordam parcialmente e nenhum discorda dos temas abordados. Nesse sentido, observa-se a importância de como temas que abordem sobre a prática profissional docente, mais ainda a voltada para o ensino na EJA, são de extrema importância para que mais profissionais sejam qualificados no decorrer de sua formação. É o que enfatiza o autor Dante Henrique Moura a respeito dessa formação:

Assim sendo, se há uma elevada demanda por formação também é elevada a necessidade de formadores que compreendam a realidade dos jovens e adultos em processo de educação escolar. Hoje, no Brasil, é pequena a quantidade de profissionais com essa característica, posto que, igualmente ao que ocorre no campo da educação profissional, as licenciaturas deste país não incluem em seus currículos estudos voltados para o campo da EJA, ou seja, não formam professores para atuar nessa esfera. Dessa forma, o professor que atua nesse campo ou aprende na prática com todas as implicações decorrentes da ausência de uma reflexão teórico prática ou busca esse conhecimento em cursos de pós-graduação (Moura, 2014, p. 94).

Diante do exposto pelo autor, fica evidenciado a importância da formação docente, daí 92% dos respondentes entenderem que o tema abordado na Mesa Redonda, foi de extrema relevância para a formação docente. Como abordado pelo autor é pequena a quantidade de docentes com características voltadas tanto para a educação profissional quanto para a EJA. Essa questão abordada pelo autor ficou evidenciada na introdução desta pesquisa ao falar sobre a minha experiência profissional junto a atuação no PROEJA.

Outra pergunta procurou saber se os dados mostrados sobre o cenário nacional do ProfEPT no âmbito do ensino do PROEJA enriqueceram o conhecimento dos participantes do evento. Dos presentes 80% responderam que sim, 7% que enriqueceu parcialmente e 13% que não enriqueceu. Diante disso, é possível observar que para a maioria dos presentes, mostrar

como está o cenário nacional do ProfEPT com relação ao PROEJA enriqueceu o conhecimento dos participantes.

Assim, ficou evidenciado a importância do programa em rede que é o ProfEPT na formação de seus alunos, como bem enfatizam as autoras Jorge e Sawada a respeito da importância dos mestrados e doutorados em rede. Acreditamos que esses processos em rede não apenas podem potencializar a escala de formação de mestres e doutores, como a experiência de cooperação e solidariedade entre docentes de diferentes instituições, em prol de um objetivo comum, um projeto maior, uma missão regional (Jorge; Sawada, 2018). E por fim, foi perguntado se os conteúdos abordados pelos palestrantes da Mesa Redonda promoveram o aprendizado sobre os temas propostos, ao passo que 93% dos presentes responderam que sim.

Já no que diz respeito às perguntas abertas, onde os participantes têm autonomia para responder livremente as questões, fez-se as seguintes perguntas: se o conteúdo abordado agregou valor à prática profissional do participante, se sim, explicasse de que forma. Para essa questão elencou-se alguns respondentes, R1: Sim, já ministrei aulas no PROEJA e este conteúdo é de grande relevância para reflexão e aplicação de práticas educativas com um olhar diferenciado para os alunos desta modalidade; R2: Incentivo a novas práticas em sala de aula; R3: Me despertou a importância da visita técnica e R4: Despertou reflexão na questão de melhorar a prática de ensino no PROEJA. A fala dos respondentes com relação a relevância do conteúdo abordado para a sua prática corrobora com o pensamento do autor Moura no que diz respeito aos conhecimentos necessários ao saber ensinar do professor:

Quanto aos conhecimentos específicos seja dos licenciados – disciplina objeto da licença -, seja dos bacharéis ou tecnólogos, importa compreender que só se pode ensinar o que se domina em profundidade. Portanto, o professor tem que ter competência técnica sobre sua disciplina/área específica de atuação. Entretanto, apenas esse conhecimento específico, apesar de necessário e imprescindível, não é suficiente para o exercício da docência na perspectiva aqui discutida. O professor precisa também dominar os conhecimentos necessários ao saber ensinar o que ele domina em seu campo científico tecnológico específico (Moura, 2014, p. 95).

Em seguida foi pedido que estes citassem os pontos positivos abordados na Mesa Redonda, através das respostas, foi possível observar a importância do tema abordado para o público presente, pois estes puderam conhecer mais sobre a realidade da EJA, bem como das Práticas Educativas no ensino do PROEJA a nível dos institutos federais e do *Campus* Agrícola Porto Grande. Veja as respostas, R1: Conhecimento sobre a realidade do aluno do PROEJA, possibilidades de práticas educativas voltadas para o PROEJA; R2: Mostrou a diversidade do público do PROEJA; R3: As formas de aprendizagem; R4: Vários pontos foram colocados entre

eles o incentivo ao não abandono dos estudos, procurar a formação continuada (o professor) e ter um olhar diferenciado nas práticas pedagógicas com o público do PROEJA e R5: O principal ponto positivo foi a busca de conhecimento, pois mostra que o PROEJA é de suma importância.

Outra questão pedia que estes citassem os pontos positivos abordados na Mesa Redonda, e uma observação importante na resposta da Respondente 1 é justamente a pouca participação dos docentes nesse processo. Pois quando se trata de uma abordagem onde não se tem a obrigatoriedade da presença do professor no evento, torna-se mais difícil alcançar esse público. Veja o relato da respondente 1, R1: Participação de poucos docentes neste momento de grande importância para a visibilidade do produto educacional. R2: A falta de visita técnica apresentados nos dados da mestranda. R3: Não tem. R4: Nada a declarar.

Por fim, foi perguntado se eles indicariam outros temas para composição de uma nova Mesa Redonda em um outro momento e disse que qual seria esse tema. R1: Sim, relatos de experiência de alunos do PROEJA: entraves e desafios ao longo do processo educativo. R2: Mercado de trabalho em Porto Grande; Agricultura familiar e protagonismo feminino. R3: A importância da visita técnica para a educação profissional. R4: Desafios e oportunidades da educação de jovens e adultos no contexto atual. R5: Evasão escolar de jovens e adultos. R6: Sobre a valorização ao estudo, para que não haja evasão escolar.

Analisando os dados de forma geral, constatamos que o produto Educacional alcançou o objetivo proposto, acreditamos que a promoção da Mesa redonda, com temáticas que incluam cada vez mais práticas educativas voltadas para o ensino do PROEJA contribuem no sentido de fornecer subsídios para a formação inicial e continuada tanto de professores quanto demais servidores do Instituto Federal do Amapá e das demais Instituições de Ensino.

Link para acessar parte da gravação da Mesa Redonda:

<https://drive.google.com/file/d/1UUdd0W8NM-8JZPc7CqzYS->

[VNuDWVD0Gg/view?usp=drivesdk](https://drive.google.com/file/d/1UUdd0W8NM-8JZPc7CqzYS-VNuDWVD0Gg/view?usp=drivesdk)

Figura 1: Conjunto de imagens do Produto Educacional – Mesa Redonda



Mesa de abertura do evento: fala do Coordenador do ProfEPT



Mesa de abertura do evento: fala da aluna Mestranda do ProfEPT



Palestrante convidada para compor a Mesa Redonda



Entrega do certificado de participação a palestrante



Apresentação da coleta de dados pela aluna mestranda



Público presente



Questionamento do público sobre a temática



Encerramento do evento



APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS DE ENSINO NO PROEJA: Uma análise referente a produção da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisador: IONE VILHENA CABRAL

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09787923.5.0000.0211

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.189.319

Apresentação do Projeto:

A investigação terá como objetivo geral conhecer as temáticas discutidas pela comunidade acadêmica acerca da EPT no Brasil dentro da perspectiva do ensino de práticas educativas desenvolvidas no PROEJA no âmbito do ProfEPT e do IFAP Campus Agrícola Porto Grande. A pesquisa será predominantemente de natureza qualitativa e se configura como um estudo de caso, e terá como lócus de estudo o IFAP Campus Agrícola Porto Grande.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer as estratégias discutidas pela comunidade acadêmica acerca da EPT no Brasil dentro da perspectiva de práticas educativas no ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT e do IFAP Campus Porto Grande.

Objetivo Secundário:

- Realizar um levantamento das produções acadêmicas desenvolvidas desde a implantação do ProfEPT sobre o ensino de práticas educativas desenvolvidas no PROEJA.
- Analisar as discussões ocorridas em nível de congressos nacionais, bem como revistas brasileiras sobre o ensino de práticas educativas no PROEJA.
- Promover ao final da pesquisa uma Mesa Redonda (Produto Educacional) sobre as práticas

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720
Bairro: BURITIZAL
UF: AP **Município:** MACAPA

CEP: 68.902-865

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.189.319

educativas desenvolvidas na produção acadêmica brasileira no ensino do PROEJA, mostrando os dados existentes no cenário nacional sobre essa modalidade de ensino.

- Apresentar os dados obtidos nesta pesquisa do cenário nacional atual sobre as práticas educativas desenvolvidas no ensino do Proeja no IFAP Campus Agrícola Porto Grande.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa apresenta como risco: O informante pode se sentir constrangido diante de alguma pergunta do questionário e deixar a questão em branco, deixando assim, uma lacuna na pesquisa.

- O pesquisador pode encontrar dificuldades na execução do Produto Educacional no que diz respeito a colaboração dos professores em participar como ouvintes da Mesa Redonda, uma vez que estes não serão obrigados a participar, o que demandaria uma tarefa a mais em sua carga horária de trabalho diária.

Benefícios:

- A pesquisa beneficiará o conhecimento de como vem sendo desenvolvida a discussão acadêmica a nível de cenário nacional sobre as práticas educativas no ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT e do IFAP Campus Agrícola Porto Grande.

- Os professores do IFAP Campus Agrícola Porto Grande poderão participar de um momento que será o desenvolvimento da Mesa Redonda que trará discussões sobre a prática de ensino no PROEJA.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é interessante no sentido de uma investigação sobre as práticas educativas no ensino do PROEJA no âmbito do ProfEPT e do IFAP Campus Porto Grande. Esclarece os riscos e benefícios da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos TCLE, carta de anuência estão de acordo com as resoluções que envolve seres humanos.

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação e que ao término da pesquisa seja enviado o relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto sem pendência, após apreciados por esse comitê recomenda-se que seja aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720
 Bairro: BURITIZAL CEP: 68.902-865
 UF: AP Município: MACAPA
 Telefone: (96)9911-6981 E-mail: cep@ueap.edu.br

Continuação do Parecer: 6.189.319

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2124762.pdf	20/05/2023 08:51:51		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/05/2023 08:49:31	IONE VILHENA CABRAL	Aceito
Outros	Produto.pdf	20/05/2023 08:49:07	IONE VILHENA CABRAL	Aceito
Outros	Questionario.pdf	20/05/2023 08:47:38	IONE VILHENA CABRAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/05/2023 08:44:20	IONE VILHENA CABRAL	Aceito
Outros	Anuencia.PDF	20/05/2023 08:43:37	IONE VILHENA CABRAL	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	20/05/2023 08:41:34	IONE VILHENA CABRAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 18 de Julho de 2023

Assinado por:

ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

CEP: 68.902-865

UF: AP Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

E-mail: cep@ueap.edu.br

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a), meu nome é IONE VILHENA CABRAL e estou realizando a pesquisa aplicada sobre o tema PRÁTICAS DE ENSINO NO PROEJA: Uma análise referente a produção da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no IFAP Campus Agrícola Porto Grande, sob orientação do Prof. Dr. WILLIANS LOPES DE ALMEIDA. A pesquisa tem como objetivo geral conhecer como a comunidade acadêmica vem desenvolvendo a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil dentro da perspectiva do ensino de práticas educativas desenvolvidas no PROEJA no âmbito do ProfEPT e do IFAP Campus Agrícola Porto Grande. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo(a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Você pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Você pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora do Trabalho Final (TF) e para seu orientador;
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Os riscos deste procedimento serão mínimos por envolver somente informações referentes a dados do período em que você ministra aula para as turmas do PROEJA.
- Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para o

desenvolvimento de práticas educativas no ensino do PROEJA.

- Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados da pesquisa, bastando assinalar ao lado essa opção: () SIM, desejo receber cópia do relatório final.

- Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso de vídeos e fotos dos informantes (grupo focal, pesquisa ação etc.), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:

() SIM, concordo com a cessão de minhas imagens por livre e espontânea vontade/OU

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso LEGIVEL:

Telefone: () _____

Email: _____

Assinatura: _____ . Local: _____

Data: ____/____/____.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS DOCENTES

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir com o entendimento dos profissionais que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a formação humana integral para atuação de Práticas Educativas no ensino do PROEJA. Segue abaixo um questionário cujas informações coletadas contribuirão para o desenvolvimento do estudo em questão.

É importante salientar que o preenchimento deste questionário não é obrigatório e os dados obtidos através dele serão confidenciais e o sigilo sobre a sua participação será assegurado, não possibilitando a sua identificação.

Desse já agradeço a sua colaboração.

Questionário da pesquisa:

Identificação do Respondente:

1. Idade: _____

2. Sexo:

() Masculino

() Feminino

() Outro

Formação acadêmica:

3. Escolaridade:

() Graduação/Bacharel

() Graduação/Licenciatura

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

4. Qual a sua formação acadêmica?

Atuação Profissional:

5. Há quanto atua como professor do campus Agrícola Porto Grande?

() de 01 a 02 anos () de 05 a 06 anos

() de 03 a 04 anos () de 07 a 08 anos

6. Já passou por algum curso, ou formação para atuação na Educação Profissional e Tecnológica? Se sim, especifique:

() Sim () Não

Qual a Titulação e Instituição: _____

7. Já trabalhou anteriormente com formação profissional e tecnológica? Se a resposta for sim, explique resumidamente essa experiência:

Sim Não

8. O que você entende por Educação Profissional e Tecnológica? Explique em poucas palavras:

9. Antes de atuar no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande, você teve experiência com a Educação de Jovens e Adultos – EJA? Se sim, especifique o tempo em anos.

Sim Não

Quanto tempo? _____

Atuação Profissional no ensino do PROEJA:

10. Em que ano/semestre você começou a ministrar e/ou ministrou aulas para as turmas do PROEJA no IFAP *Campus* Agrícola Porto Grande? Pode marcar mais de uma alternativa.

2016/2 2018/1 2019/2 2021/1 2022/2

2017/1 2018/2 2020/1 2021/2 2023/1

2017/2 2019/1 2020/2 2022/1 2023/2

11. Você realiza visitas técnicas com as turmas do PROEJA?

Sim Não

12. Você realiza alguma metodologia diferenciada com as turmas do PROEJA? Se sua resposta for sim, diga qual?

Sim Não

Qual: _____

13. Você realiza alguma Prática Educativa* com as turmas do PROEJA? Se sua resposta for sim, diga qual?

Sim Não

Qual: _____

*Entenda-se por prática educativa: “o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem”. (MARQUE & CARVALHO, 2016, p. 123)

14. A disponibilização de uma Mesa Redonda que abordasse sobre a temática Educação Profissional e Tecnológica e Práticas Educativas no Ensino do PROEJA poderiam contribuir com o aprimoramento de sua atuação, bem como de sua prática junto aos alunos do PROEJA?

Sim Não

14.1 Caso a sua resposta anterior tenha sido favorável a Mesa Redonda, diga que saberes e temas além do já citado anteriormente, você sugere que fossem abordados nesse objeto de aprendizagem, que poderiam contribuir para a prática profissional junto ao PROEJA?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DESTINADO AO PEDAGÓGICO

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir com o entendimento dos profissionais que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a formação humana integral para atuação de Práticas Educativas no ensino do PROEJA. Segue abaixo um questionário cujas informações coletadas contribuirão para o desenvolvimento do estudo em questão.

É importante salientar que o preenchimento deste questionário não é obrigatório e os dados obtidos através dele serão confidenciais e o sigilo sobre a sua participação será assegurado, não possibilitando a sua identificação.

Desse já agradeço a sua colaboração.

Questionário da pesquisa:

Atuação Profissional:

1. Há quanto você atua no *Campus Agrícola Porto Grande*?

- () de 01 a 02 anos () de 04 a 05 anos
 () de 02 a 03 anos () de 05 a 06 anos
 () de 03 a 04 anos () de 06 a 07 anos

2. Já passou por algum curso, ou formação para atuação na Educação Profissional? Se sim, especifique:

- () Sim () Não

Qual: _____

3. Já trabalhou anteriormente com formação profissional? Se a resposta for sim, explique resumidamente essa experiência:

- () Sim () Não

4. O que você entende por Educação Profissional? Explique em poucas palavras:

5. Antes de atuar no IFAP campus Agrícola Porto Grande, você teve experiência pedagógica com a Educação de Jovens e Adultos – EJA?

- () Sim () Não

Ações desenvolvidas no ensino do PROEJA:

6. O setor pedagógico realiza ações junto aos professores na orientação de práticas educativas junto ao PROEJA? Se sim, cite quais:

- () Sim () Não

Quais: _____

7. O setor pedagógico consegue perceber se os professores em sua prática docente realizam metodologias diferenciadas no ensino do PROEJA?

Sim Não

8. Quais políticas educacionais estão sendo desenvolvidas para a permanência e êxito dos alunos dessa forma de ensino?

9. A disponibilização de uma Mesa Redonda que abordasse sobre a temática Educação Profissional e Tecnológica e Práticas Educativas no Ensino do Proeja poderiam contribuir com o aprimoramento da atuação dos professores, bem como de sua prática junto aos alunos do PROEJA?

Sim Não

10. Caso a sua resposta anterior tenha sido favorável a Mesa Redonda, diga que saberes e temas além do já citado anteriormente, você sugere que fossem abordados nesse objeto de aprendizagem, que poderiam contribuir para a prática profissional junto ao PROEJA?

APÊNDICE F – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título da Pesquisa: Práticas de Ensino no Proeja: Uma análise referente a produção da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisadora: Ione Vilhena Cabral

Nome: _____

Este questionário tem como objetivo, avaliar a eficácia do Produto Educacional na conclusão dos objetivos propostos, bem como analisar a relevância do mesmo na Prática Profissional. A respeito do Produto Educacional, responda:

1. Possui um formato atrativo, que desperta o interesse pelos assuntos abordados?
Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo ()
2. Os temas abordados na Mesa Redonda contribuíram para a sua formação profissional?
Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo ()
3. Possui uma linguagem clara, que tornou fácil a compreensão dos temas abordados?
Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo ()
4. Os dados mostrados sobre o cenário nacional no âmbito do ensino do PROEJA enriqueceu o seu conhecimento?
Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo ()
5. O conteúdo abordado pelos palestrantes da Mesa Redonda promoveu o aprendizado sobre os temas propostos?
Concordo totalmente () concordo parcialmente () discordo ()
6. O conteúdo agregou valor à sua prática profissional? Se sim, explique de que forma?

7. Cite os pontos positivos abordados na Mesa Redonda:

8. Cite os pontos negativos:

9. Você indicaria outros temas para composição de uma nova Mesa Redonda em um outro momento?

